

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO
SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LETÍCIA COSTA DE CASTRO MAIA

**A questão habitacional como mercadoria: um estudo sobre a ocupação
Alto Rosário em Mariana (MG)**

Mariana
2017

LETÍCIA COSTA DE CASTRO MAIA

**A questão habitacional como mercadoria: um estudo sobre a ocupação
Alto Rosário em Mariana (MG)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado a Universidade Federal de Ouro Preto,
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Esdras Tavares de Oliveira

Mariana
2017

A QUESTÃO HABITACIONAL COMO MERCADORIA: UM ESTUDO SOBRE
A OCUPAÇÃO ALTO ROSÁRIO EM MARIANA (MG)

Leticia Costa de Castro Maia

ORIENTADOR (A): Esdras Tavares de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 14 / 02 / 2017

Náthalie Rose Fernandes Costa

(Profª Náthalie Rose Fernandes Costa)

André Luiz Monteiro Mayer

(Prof.º André Luiz Monteiro Mayer - UFOP)

Esdras Tavares de Oliveira

(Prof. Esdras Tavares de Oliveira - UFOP)

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

M217q Maia, Letícia Costa de Castro

A questão Habitacional como mercadoria: Um estudo sobre a ocupação Alto Rosário em Mariana (MG) [recurso eletrônico]/ Letícia Costa de Castro Maia.-Mariana, MG, 2017.

1 CD-ROM; 4 3/4 pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, DECSO/ICSA/UFOP

1. Habitação - Aspectos sociais - Mariana (MG) - Teses.
2. MEM. 3. Favelas - Mariana (MG) - Teses. 4. Monografia.
5. Ocupação urbana - Mariana (MG) - Teses. 6. Política social - Mariana (MG) - Teses. I.Oliveira, Esdras Tavares de. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.
III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 316.334.54
: (815.1)
: 15
: 1416985

Dedico este trabalho à todos os moradores da ocupação Alto Rosário, do município de Mariana, e a todos os trabalhadores e trabalhadoras assalariados que sofrem todos os dias, direta ou indiretamente, com a exploração pelo Modo de Produção Capitalista e que diariamente perdem suas vidas para ganhá-la, vendendo sua única mercadoria: a força de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida, conhecimento, sabedoria e força de vontade concedidos com sua benção.

Aos meus orientadores, Professora Carmen Macedo e ao Professor Esdras Tavares de Oliveira, que estiveram durante todo este período disponíveis para debates, me proporcionando um leque de bibliografias para tornar possível este estudo.

À turma 13.1 que com receptividade me receberam e compartilharam ideias e troca de conhecimentos.

À minha família que me incentivou e não deixou que eu fraquejasse diante das dificuldades e decepções, em especial aos meus pais Jairo e Lilian que sempre me acompanharam e acreditaram no meu sonho. Aos meus padrinhos e avós pelas orações, em especial a Vó Lilian (*in memoriam*) e ao Vô Cici (*in memoriam*) meus eternos amores. Aos meus tios e tias que me auxiliaram nas decisões mais difíceis e aos meus primos, sempre alegres em me acolher. Ao meu companheiro Iago e à sua família, por todo amor e paciência. Aos meus amigos com quem sorri, chorei e sempre me diverti.

À presidente de bairro do Alto Rosário, Kátia, e aos moradores da ocupação que sempre me acolheram com todo o carinho, receptividade e atenção estando atentos às minhas inquietações.

À equipe CREAS que com exemplos fazem com que eu queria me tornar uma profissional melhor.

À todos vocês dedico esta vitória!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a ocupação Alto Rosário frente à luta por acesso à habitação no município de Mariana (MG). Trata-se de um estudo bibliográfico e análise secundária de dados produzidos pelo Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados (NEASPOC), do Departamento de História, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O trabalho se encontra organizado em dois momentos. O primeiro expõe um debate sobre o movimento do capital e algumas de suas categorias fundamentais, a saber: trabalho, mercadoria e fetichismo. E o segundo aponta uma discussão sobre a questão habitacional brasileira e suas especificidades, a partir da ocupação Alto Rosário, em Mariana (MG). Conclui-se que a questão da habitação na referida localidade está intimamente ligada ao movimento do capital, tratando a moradia como mercadoria.

PALAVRAS-CHAVE: Mercadoria. Ocupação Irregular. Favelas. “Questão Social”. Políticas Sociais. Mariana (MG).

ABSTRACT

His research has as general objective to analyze the occupation Alto Rosário in front of the fight for access to housing in the municipality of Mariana (MG). This is a bibliographic study and secondary analysis of data produced by the Nucleus of Comparative Applied and Sociopolitical Studies (NEASPOC), Department of History, Federal University of Ouro Preto (UFOP). The work is organized in two moments. The first presents a debate on the movement of capital and some of its fundamental categories, namely: labor, commodity and fetishism. And the second one points out a discussion about the Brazilian housing issue and its specificities, from the Alto Rosario occupation, in Mariana (MG). It is concluded that the question of housing in the reference locality is closely linked to the movement of capital, treating housing as a commodity.

KEY WORDS: Merchandise, Irregular Occupation, Shanty towns, "Social issues", Social politic, Mariana (MG).

LISTA DE SIGLAS

BNH: Banco Nacional de Habitação .

CAPS: Caixas de Aposentadorias e Pensão.

CEME: Central de Medicamentos.

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas.

DATAPREV: Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social .

D: Capital na forma equivalente de dinheiro.

D': Dinheiro acrescido – manifestação do lucro e da mais-valia.

FUNABEM :Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor .

FUNRURAL: Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

FCP: Fundação da Casa Popular

FHC: Fernando Henrique Cardoso.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

IAPS: Institutos de Aposentadorias e Pensão.

IAPAS: Instituto de Assistência Médica .

INPS: Instituto Nacional de Previdência Social .

LOPS: Lei Orgânica da Previdência Social.

LBA: Legião Brasileira de Assistência Social .

M: Mercadoria.

MPC: Modo de produção capitalista.

NEASPOC: Núcleo de Estudos Aplicados e Sóciopolíticos Comparados.

SAM: Serviço de Assistência ao Menor .

SEAC: Secretaria especial de Ação Comunitária.

SIMPAS: Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social.

SFH: Sistema Financeiro de Habitação.

ONG's: Organizações não governamentais.

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento.

PAC II: Programa de Aceleração do Crescimento II.

PAIH: Plano de Ação Imediata para a Habitação.

RMV: Renda Mensal Vitalícia

UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto.

XVII: Século Dezesete.

XVIII : Século Dezoito.

XIX: Século Dezenove.

XX: Século Vinte.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Sexo.....	41
Gráfico 2: Faixa Etária.....	41
Gráfico 3: Grau de Instrução.....	42
Gráfico 4: Ocupação Principal.....	43
Gráfico 5: Cidade anterior antes de morar na Ocupação Alto Rosario	44
Gráfico 6: Razão por morar neste bairro.....	47
Gráfico 7: Situação do Imóvel.....	48
Gráfico 8 :Documento da Propriedade.....	49
Gráfico 9 : Energia Elétrica.....	50
Gráfico 10 : Origem da Água.....	50
Gráfico 11: Destino do Esgoto.....	51
Tabela 1: Cidade onde morava antes de morar no Alto Rosário	45

SÚMARIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	TRABALHO E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE.....	14
2.1	A centralidade ontológica do trabalho na constituição do ser social	14
2.2	O modo de produção capitalista e a exploração do trabalho.....	16
2.3	O capitalismo na cena contemporânea.....	21
2.4	A “questão social” e as políticas sociais: a realidade brasileira em foco...25	
3	A QUESTÃO HABITACIONAL BRASILEIRA E SUAS ESPECIFICIDADES NO MUNICÍPIO DE MARIANA: A OCUPAÇÃO ALTO ROSÁRIO.....	31
3.1	A Concentração de Terras no Brasil e a Urbanização.....	31
3.2	A Política Habitacional Brasileira.....	35
3.3	A questão habitacional no município de Mariana.....	36
3.4	A ocupação do Alto Rosário.....	40
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Na minha perspectiva, todo o processo de apreensão do debate teórico que contribui para “desnaturalizar” aquilo que é visto como comum e corriqueiro na sociedade onde vivemos, tornou-se possível com meu ingresso no curso de Serviço Social da UFOP. Foi a partir de minha entrada nesta instituição que pude desenvolver uma compreensão crítica da dinâmica que sustenta a ordem societária vigente. O modo como os indivíduos são tratados, assim como todas as suas criações, tornaram-se mercadorias na sociedade capitalista. O fetichismo tornou-se “natural” impedindo o processo de emancipação humana e o aprofundamento da realidade por meio do método crítico-dialético.

Este trabalho é fruto de uma inquietação que tem início no momento em que passei em trabalhar em uma escola da rede pública municipal, no Bairro Rosário, no ano de 2015. Aliada a essa experiência, a compreensão da lógica de organização da sociedade capitalista proporcionada pelas disciplinas Teoria Social e Serviço Social I, Teoria Social e Serviço Social II e Acumulação Capitalista e a Questão Social, Política Social Setorial V: Questão Urbana e Agrária, entre outras, consegui visualizar a questão habitacional como uma mercadoria na ordem do capital.

Com efeito, o objetivo geral deste estudo é analisar a ocupação Alto Rosário frente à luta por acesso à habitação no município de Mariana (MG). Vinculada a uma análise do trabalho e do modo de produção capitalista na contemporaneidade, da anatomia da “questão social” e das políticas sociais, procurei identificar as particularidades da ocupação Alto Rosário como forma de efetivação do direito à cidade no município de Mariana (MG).

Sob a luz do método crítico dialético e da obra marxiana este estudo é baseado em uma pesquisa bibliográfica de estudiosos que discutem a temática escolhida. A partir desse primeiro momento, tive bases para efetuar a análise secundária do Relatório do Cadastramento dos Moradores do Alto Rosário, realizado pelo NEASPOC- UFOP. Cabe ressaltar que esta pesquisa tem caráter quantitativo.

O referencial teórico utilizado contém textos de Marx (1998), Netto e Braz (2007), Antunes (2000), Harvey (2003), Behring e Boschetti (2009), Podoleski (2009), Maestri (2003) Goncalves (2000), Fonseca (1995), entre

outros, me permitindo travar um debate consistente sobre o movimento do capital, na cena contemporânea, pensando sobre seus desdobramentos sobre a questão habitacional.

Em resumo, o trabalho se encontra organizado em dois momentos. O primeiro capítulo discute a centralidade do trabalho na formação do ser social e os principais traços que compõem o Modo de Produção Capitalista, como: a mercadoria, o fetichismo, a mais-valia, o lucro, a exploração da força de trabalho e os rebatimentos na vida da classe trabalhadora, tecendo elementos para a reflexão sobre a “questão social” e as políticas sociais.

Por sua vez, o segundo capítulo aborda a contextualização e caracterização do processo de urbanização e surgimento das primeiras favelas no Brasil, sendo na sequência apontados os principais traços que constituem a ocupação Alto Rosário na cidade de Mariana (MG).

2 O TRABALHO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE

Este capítulo procura tecer um debate sobre o funcionamento da ordem do capital em uma sociedade que tem como pedestal o modo de produção capitalista. Dessa forma, são abordados as suas particularidades centrais, implicando a compreensão da centralidade ontológica do trabalho na constituição do ser social, da mercadoria como o núcleo das relações capitalistas, do processo de exploração da força de trabalho alheia, da produção de mais-valia, da reprodução ampliada do capital (acumulação) e também da sua configuração na contemporaneidade.

A reflexão aqui apresentada constitui a construção de um entendimento do processo posto pelo sistema capitalista que “atormenta” cotidianamente os sujeitos sociais em todos os espaços e recantos da vida social. Trata-se então, de uma tentativa de “desnaturalizar” aquilo que é visto como “natural”, procurando avançar no estudo da essência dos fenômenos criados e recriados pela sociedade capitalista.

2.1 A centralidade ontológica do trabalho na constituição do ser social

Como já foi apontado, o trabalho é uma categoria central para compreender a totalidade social e a constituição do ser social, sendo ele fundamental para a realização da necessidade de sobrevivência de uma sociedade. A dinâmica de produção de objetos úteis, retirando da natureza as matérias necessárias que são transformadas através do trabalho, com o objetivo de suprir as necessidades humanas é denominada de produção material da vida (relação permanente do homem com a natureza).

A atividade de transformação da natureza para a utilização por parte dos homens/mulheres é denominado de trabalho, isto é, o homem se apropria das matérias primas naturais transformando-as em condições que garantem a manutenção e reprodução da vida humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] a fim de apropriar-se dos recursos da natureza,

imprimindo-lhe forma útil à vida humana. [...] não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho [...]; pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. (MARX, 1988a, p. 202)

Marx (1988a), ao caracterizar o trabalho como atividade exclusiva do homem esclarece que o produto do trabalho humano antes de ser objetivado é prefigurado no plano ideal, ou seja, o homem projeta na sua mente os meios necessários e suas finalidades para realizar o seu objetivo. Com efeito, “Não existe trabalho sem a projeção ideal do que será realizado praticamente”. (BARROCO, 2008, p.23).

A materialidade do trabalho implica em um plano ideal. Isso significa que ele é uma atividade teologicamente projetada a fim de atender uma objetivação do sujeito. É justamente essa capacidade teleológica do homem que o diferencia de todos os outros animais.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (MARX, 1988a p. 202)

Como ressalta Marx (1988a), os homens realizam uma ação transformadora consciente diferente dos outros animais que agem por instinto biológico. A partir das possibilidades que o homem adquire na interação com a natureza cria alternativas de escolha. É o trabalho que concede a ele as possibilidades e a capacidade de escolha.

Além disso, como lembrado por Netto e Braz (2007), é preciso acentuar que o trabalho é efetivado sempre de forma coletiva, não existe sujeito isolado, até porque para a realização do trabalho também é utilizada a comunicação com outros sujeitos, por meio de uma linguagem articulada. A coletividade é uma condição fundamental para a existência das relações sociais, e é através dessa sociabilidade (relações sociais) que se constitui o ser social.

A sociabilidade está diretamente relacionada à gênese do ser social, ontologicamente em todas as suas atividades o homem só se constitui como tal se estiver em relação com outros homens. Ao transformar a natureza o homem também transforma a sua própria natureza. O trabalho é a categoria fundante que possibilita o salto ontológico do ser natural para o ser social. Ou seja, além de transformar a natureza proporciona a transformação do homem em ser social. Netto e Braz (2007) certifica pelos dizeres de Lukács, que o trabalho é o

eixo central do processo de humanização e refinamento das faculdades do homem, incrustado na práxis¹ humana.

Diante do que foi exposto é possível perceber que o trabalho apresenta uma centralidade ontológica na constituição do homem como ser social. Desde o processo de transformação da natureza buscando atender as necessidades humanas até a (auto)transformação do próprio homem, o trabalho desenvolve um papel fundamental.

2.2 O modo de produção capitalista e a exploração do trabalho

A mercadoria está imersa no cotidiano de qualquer pessoa. Se apropriar, trocar, comprar, vender, são práticas corriqueiras completamente naturais para o senso comum. Sendo a mercadoria a forma elementar da riqueza, quase tudo na vida social passa a ser comercializado, inclusive o ser social ao vender sua força de trabalho têm a sua significância empenhorada na quantidade de mercadorias que possui. Todavia, o acúmulo exagerado de mercadorias não é natural como parece.

Primeiramente, cabe destacar que onde impera o modo de produção capitalista (MPC) a mercadoria ocupa um lugar central. Segundo Marx (1988a, p.45), (...) “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias (...)”. A mercadoria é um objeto externo – uma coisa – produto do trabalho que procura satisfazer as necessidades humanas por meio do seu valor de uso. Mas, só são mercadorias porque ao mesmo tempo em que são objetos úteis são também dimensões de valor, isso significa que para ser uma mercadoria o valor de uso deve visar uma destinação social que chegue a quem dela precise por meio da troca.

A partir do que foi dito anteriormente, podemos destacar que a mercadoria é composta pelo valor de uso (trabalho concreto) e valor de troca (trabalho abstrato). Isto é, como ressalta Netto e Braz (2007, p. 93) “[...] a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca”. O valor

¹Diz respeito às variadas atividades (espirituais, afetivas, culturais, artísticas) que afloram das relações sociais presentes na vida em sociedade, sendo que todas se mantêm devidamente articuladas trabalho (categoria determinante). (NETTO; BRAZ, 2007)

de uma mercadoria é determinado pelo tempo socialmente necessário para produzi-la, sendo no processo de troca que o valor da mesma se realiza.

O dinheiro – que representa na verdade um avanço monstruoso da alienação em que a sociedade se encontra submetida – facilita a troca, sendo um equivalente do valor de uma mercadoria. “O dinheiro, pois, é a mercadoria especial na qual todas as outras expressam seu valor. O valor de uma mercadoria, expresso em dinheiro, é o preço”. (NETTO, BRAZ, 2007, p. 99).

Considerando a mercadoria como o núcleo central das relações capitalistas, é importante destacar o fenômeno do fetichismo. No processo de produção mercantil as relações sociais existentes entre os produtores manifestam-se como relações entre mercadorias (coisas). Ocorre uma inversão: a criatura passa a dominar o criador. Ainda de acordo com Netto e Braz (2007), assim que a mercadoria está pronta, cola nela uma substância imaginária que esconde todo o processo produtivo: o fetichismo.

O fetichismo faz com que a mercadoria salte aos olhos da sociedade não como um fruto do trabalho explorado, mas como um produto que possui vida própria. No entanto, é importante salientar que ele não se encontra presente apenas na produção mercantil, mas se alastra para todas as relações sociais, pois a sociedade é completamente mercantilizada (reificada). A mercadoria (fruto do trabalho explorado) e o fetichismo (forma de alienação específica) possibilitam uma coisificação da vida em sociedade.

Ainda de acordo com Netto e Braz (2007) para que a produção e circulação de mercadorias se efetive é necessário que se tenha a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho. A propriedade privada dos meios de produção diz respeito ao fato de apenas os capitalistas terem condições de comprar e vender mercadorias, inclusive à força de trabalho alheia, pois detém os meios de produção, como por exemplo máquinas. Já a divisão do trabalho significa literalmente uma fragmentação do trabalho em atribuições específicas e exclusivas para cada trabalhador.

É com D (capital na forma equivalente de dinheiro) que o capitalista compra M (mercadorias), assim como força de trabalho e meios de produção para serem empregados na produção com o intuito de produzir uma mercadoria acrescida de valor. Isso significa que quando for vendida a mercadoria se realizará como D´(dinheiro acrescido – manifestação do lucro e

da mais-valia). A parte de D que é investida em meios de produção é denominada de trabalho morto ou capital constante; e a força de trabalho constitui o trabalho vivo ou capital variável. A relação variável entre capital constante e capital variável designa a lei orgânica do capital. Sendo que quanto maior o capital constante maior é a composição orgânica do capital como salienta Netto e Braz (2007).

Com isso é possível perceber que a ação capitalista parte do dinheiro, produz uma mercadoria e consegue mais dinheiro do que aquele que foi usado no início do processo. Nessa lógica o objetivo primordial do capitalista é se apropriar da quantia adicional gerada: o lucro; ele é proveniente de processos que se dão no âmbito da produção. (...) “o lucro é a força motriz do MPC, como o MPC só pode existir e reproduzir-se na escala em que a busca do lucro é interminável” (...) (NETTO, BRAZ, 2007, p.107). Sem a alavanca poderosa que ele é certamente os capitalistas não sobreviveriam.

Além do lucro o D' contém a mais-valia, valor excedente apropriado pelo capitalista que se materializa na exploração da força de trabalho alheia. Em outras palavras, mais-valia é tudo aquilo que foi produzido, mas não foi pago. Na produção capitalista o motor determinante é a mesma, sendo a sua extração a busca incansável do capitalista. Até porque é ela que sustenta a lógica do capital. Assim fica nítido que o MPC é sinônimo de mais-valia, e ela respectivamente é sinônimo de exploração, pois é gerada de forma exclusiva pela força de trabalho (trabalho excedente). Para que o capitalista se mantenha na dinâmica não pode cair no erro de gastar todo o valor excedente que detém nas mãos, é necessário que parte da mais-valia seja reinvestida no processo produtivo como mais-valia capitalizada garantindo, assim, que o ciclo de produção de mercadorias continue promovendo acumulação.

Em conformidade com Netto e Braz (2007), o capitalista compra a força de trabalho e procura extrair o máximo de excedente para o processo produtivo, pois ela é a única mercadoria que consegue gerar um valor maior do que custa. Ou seja, além de possibilitar a construção de valor, é responsável pela valorização do próprio capital. Ao entregar a única mercadoria que possui (força de trabalho) o trabalhador recebe em troca um salário onde se traduz o seu preço. O valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho

socialmente necessário para a produção dos bens que garantem sua reprodução.

O trabalhador reproduz continuamente sua força de trabalho, não podendo levar em consideração o desgaste ocasionado pela sua prática diária, pois o seu trabalho é realizado para garantir o lucro do patrão. O capitalista não visa o sujeito, mas, sim, a mais-valia que pode retirar do trabalho e para concretização desse objetivo não tem limites que o atrapalhem. Como aponta Marx (1988b), o tempo da jornada de trabalho é dividido em duas partes: tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. No tempo de trabalho necessário, o trabalhador produz o valor que garante a sua reprodução, o salário que recebe. No tempo de trabalho excedente é gerada a mais-valia que é apropriada pelo capitalista. Claro que diante da rotina exaustiva que marca cada trabalhador, e a extrema alienação² que se encontram submetidos, é impossível fazer uma reflexão que remeta a essa separação, uma vez que ela é ocultada.

O grande interesse do capitalista na jornada de trabalho é o tempo de trabalho excedente, na qual se produz a mais-valia. Uma estratégia adotada é a ampliação de parte da jornada sem aumentar o salário. Ou seja, mantém o tempo de trabalho necessário e aumenta apenas o trabalho excedente – produção de mais-valia absoluta – quanto maior a jornada de trabalho mais trabalho excedente. Quando o capitalista se vê impossibilitado de aumentar o tempo de trabalho excedente, ele encontra formas que reduzem o tempo de trabalho necessário – produção de mais-valia relativa – e acresce no tempo de trabalho excedente. As duas formas – absoluta e relativa – intensificam a exploração da força de trabalho.

Na sociedade capitalista assim como em outras formas de sociedade, na produção devem conter os elementos necessários para a sua continuidade (reprodução). Isso implica dizer que a forma histórica de produção capitalista é a forma histórica da reprodução. A reprodução do capital se dá de maneira ampliada onde parte da mais-valia produzida no processo de produção é

² Fenômeno que explicita o estranhamento do produtor face ao produto produzido. Tanto o trabalho como o produto aparecem para o trabalhador como algo independente dele e portando poderes que o dominam. “No trabalho alienado, ao invés de se reconhecer como sujeito, o homem se desconhece; ao invés de se realizar, ele se perde. Além disso, a alienação não ocorre apenas em relação ao produto, mas em todo o processo de trabalho”. (BARROCO, 2008, p.33). Com efeito, o ser social se torna alienado em todas as esferas da vida social.

apropriada pelo capitalista e a outra parcela é transformada em capital para ampliar a produção, levando a efeito a acumulação de capital. Nesse sentido, “A acumulação é vital para o MPC: não existe capitalismo sem acumulação de capital”. (NETTO, BRAZ, 2007, p. 136)

A acumulação de capital no MPC não implica apenas a exploração da força de trabalho, mas a competição com outros capitalistas. A concorrência lança o desafio de acumular para não ser liquidado. Por isso, que a acumulação aparece ligada ao desenvolvimento das forças produtivas (avanços tecnológicos). Ao lado da dinâmica da acumulação as tendências de concentração e centralização são constantes no desenvolvimento do capital. A concentração é a necessidade do aumento de capital em função de uma nova acumulação, ou seja, o capitalista precisa reinvestir no processo produtivo para acumular cada vez mais. Com a concentração de massas de riqueza nas mãos de uma parcela restrita de capitalistas, os capitais maiores passam a absorver os pequenos e médios capitais. A concentração não desaparece, mas entra em cena o processo de centralização, funcionando como uma força de atração. Isto é, os capitais maiores passam absorver os capitais menores, sendo realizada a junção de capitais já existentes para formar capitais maiores. A centralização impulsiona a acumulação de uma maneira muito mais rápida.

De acordo com Marx (1988b), a reprodução ampliada do capital causa enormes impactos em todas as dimensões da vida dos trabalhadores, tendo como uma das principais expressões um crescente exército industrial de reserva (grande contingente de trabalhadores que se encontram alijados do mercado de trabalho). Os capitalistas utilizam-se desse exército como instrumento a fim de forçar os baixos salários fazendo os trabalhadores se sujeitarem a péssimas condições de trabalho, intensificando a exploração. Outra condição favorável que essa superpopulação relativa oferece ao capitalista é a possibilidade de encontrar de maneira rápida um grande contingente de trabalhadores disponíveis para serem empregados no processo produtivo quando necessário.

Deve ser destacado que a ordem do capital não afeta apenas o proletariado na questão do desemprego. Ela também ocasiona uma intensa

pauperização³, a invasão na vida íntima e familiar dos trabalhadores – com jornadas extras –, a inserção precoce de jovens no mercado de trabalho, o desenvolvimento maciço de doenças físicas e psicológicas.

Ainda em conformidade com Marx (1988b), a produção capitalista não é apenas produção e reprodução de mercadorias e mais-valia, ela é produção e reprodução das relações sociais. Assim, a reprodução ampliada do capital reproduz ao mesmo tempo e também de forma ampliada os antagonismos de classe, uma vez que cristalizam as questões do processo de produção. Diante das colocações fica evidente que a dinâmica capitalista rege em um polo o aumento da riqueza social e, em outro polo, proporcionalmente o aumento da miséria e exploração (lei geral da acumulação capitalista).

A lei geral da acumulação capitalista é um movimento único: produção de riqueza implica crescimento contínuo de miséria. A “questão social” adquire aprofundamento e novas dimensões na medida em que o processo de acumulação e o próprio capital passam por alterações. As expressões da “questão social” são inelimináveis em uma sociedade que impera o modo de produção capitalista. “Imaginar a ‘solução’ da ‘questão social’ mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem acumulação de capital”. (NETTO, BRAZ, 2007, p. 149)

2.3 O capitalismo na cena contemporânea

Como analisado anteriormente, vivemos numa sociedade regida por um sistema de produção que é capitalista, cujo objetivo é a acumulação. Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem da exploração do trabalho. Esta pode ser absoluta ou relativa.

A pauperização absoluta é assim denominada, quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação

³ A pauperização (miséria ao extremo) pode ser dividida em absoluta – expressa situações em que a vida do trabalhador é degradada– e relativa – diferente da absoluta, pode se manifestar mesmo que os padrões de vida do trabalhador estejam estáveis. Em suma, a pauperização é caracterizada pela redução dos valores criados pelos trabalhadores, enquanto cresce a parte que cabe ao capitalista. (NETTO, BRAZ, 2007)

do ritmo de trabalho e aumento do desemprego. Já a pauperização relativa, pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados – ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas.

A produção capitalista não é somente produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia: é produção e reprodução de relações sociais, desta forma, a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários.

Marx (1988b) nos mostra que o desenvolvimento da reprodução ampliada⁴ torna a relação capital/trabalho e a situação dos trabalhadores mais vulneráveis. A comprovação disso é a “questão social” engendrada pelo capitalismo, que não tem solução dentro desse mesmo sistema.

Na passagem dos anos de 1870, o capitalismo monopolista viveu um apogeu. Foram quase trinta anos em que a economia apresentou crescimento econômico e taxas de lucro compensadoras frente às crises cíclicas que tiveram seus impactos diminuídos pela regulação através da intervenção estatal como ressaltado por Netto e Braz (2007).

A promessa dos anos dourados era de uma sociedade afluyente na qual a proteção social seria assegurada pelo *Welfare State* (também conhecido como Estado de Bem-Estar Social) com possibilidade de consumo de massa e vias para a superação do subdesenvolvimento.

O taylorismo-fordismo⁵ se tornou o padrão de produção industrial. Aliados ao keynesianismo consolidaram o capitalismo democrático, onde o Estado haveria de controlar as crises. Era um anúncio do capitalismo sem contradições.

Os anos dourados⁶ – entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos setenta – expressaram uma onda longa de

⁴ “Reprodução ampliada é típica do MPC. Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc).”(NETTO,BRAZ, 2007, p. 125)

⁵ [...]O taylorismo/fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido.(ANTUNES,2000, p. 43)

⁶ “ Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultado econômicos nunca vistos, e que não se repetiram mais,as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram

expansão econômica durante a qual o crescimento econômico e as taxas de lucro mantiveram-se ascendentes. Esse período foi marcado pela expansão do crédito ao consumidor e o crescimento do setor terciário (de prestação de serviços). Como resultado da pressão dos trabalhadores, houve um visível empenho do Estado em reconhecer os direitos sociais, civis e políticos, constituindo a cidadania moderna.

A crise estrutural do capital, ocorrida na década de 60 a 70 pôs fim aos anos dourados, significando o esgotamento dessa onda longa expansiva. Ocorreram mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, que geraram impactos sobre as nações uma vez que as contradições inerentes ao capitalismo não podiam mais ser mascaradas. Entre 1973 e 1975 há uma substituição da longa onda expansiva pela onda longa recessiva. Ela se dá pelo esgotamento do padrão de produção, queda da taxa de lucro, hipertrofia da esfera financeira, crise fiscal com retração dos gastos públicos, privatizações, entre outros motivos. A partir desse momento e até os dias atuais, a crise volta a ser dominante.

De acordo com Harvey (2003) o esgotamento do padrão de produção, busca-se a restauração do capital, sob um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal. Esgotado o padrão fordista-keynesiano, instaura-se a acumulação flexível⁷. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizando-se como uma inovação do capitalismo contemporâneo, ela se dá pelo surgimento de setores de produção novos, novos mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional como afirma Harvey (2003).

A acumulação flexível também é marcada pelo sistema Just in time, que visa à intensificação do trabalho. O interesse do capital era que a reestruturação produtiva recuperasse seu ciclo de reprodução, repondo seu projeto societário. Essas transformações geraram concorrência entre

diminuídos pela regulação porta pela intervenção do Estado (em geral, sob a inspiração das ideias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostram-se muito significativas.” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 208)

⁷ “ A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional ” (HARVEY apud NETTO,BRAZ, 2007,p. 227)

capitalistas, o que fez emergir a necessidade de controlar as lutas sociais oriundas da intensa exploração do trabalho, na tentativa de gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas esferas da sociabilidade.

Portanto, o complexo de reestruturação produtiva e, principalmente, as políticas neoliberais, que se desenvolvem a partir dos anos 80, possuíam como objetivo claro destruir as organizações sindicais, ou melhor, todas as instituições e relações sociais que colocavam obstáculos à lógica da valorização do capital, instauradas a partir do primeiro mandato de F. Roosevelt nos Estados Unidos e da vitória sobre o nazismo [...]. (ALVES, 1999, pag.58-59).

Ainda nesse contexto surge à necessidade de um trabalhador qualificado, polivalente, que se adeque a flexibilização dos meios e condições do trabalho. A emergência de um regime de acumulação flexível tem como características, a nova divisão de mercados, o desemprego, a nova divisão do trabalho, a reorganização financeira e tecnológica, entre outras. Há também a produção destrutiva, pela qual os produtos, ou mercadorias, devam durar apenas o tempo suficiente para que o capital se reproduza. Promove-se a desterritorialização da produção (unidades produtivas são deslocadas para novos espaços territoriais onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa).

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.” (ANTUNES, 2000,p. 31)

Além da intensificação do trabalho sob o padrão de produção toyotista⁸, o capitalismo contemporâneo transformou o desemprego maciço em fenômeno permanente e ainda tem o discurso de naturalizá-lo. Como consequência, uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é a exponenciação da “questão social”.

⁸ “O toyotismo (ou onhismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fabrica Toyota), como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.” (ANTUNES, 2000, p. 54)

Em síntese, o capitalismo contemporâneo como é chamada essa fase (terceira fase) do imperialismo é marcado pela reestruturação produtiva que buscava reorganizar o capital recuperando seu ciclo de reprodução, repondo seu projeto societário conservador. A acumulação flexível é uma dos principais fatores responsáveis pelas condições em que se encontram hoje os trabalhadores assalariados.

2.4 A “questão social” e as políticas sociais: a realidade brasileira em foco

Como já falado anteriormente, a lei geral da acumulação capitalista, que se expressa pela igual dimensão da produção da riqueza, na mesma proporção da miséria, deixa claro as desigualdades sociais que existem, tendo relação direta com a exploração dos trabalhadores. Esta relação entre a produção da riqueza e da pobreza, tem relação direta com a “questão social”. De acordo com Netto (2009) essa categoria

[...] surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. (NETTO, 2009, p.152-153.)

O MPC gera uma degradação imensurável na vida dos milhares de trabalhadores. A classe trabalhadora passa a viver em condições precárias. Aqueles que conseguem um emprego vendem sua força de trabalho por baixos salários, enquanto outros que não conseguem ingressar no MPC engrossam as filas do desemprego. São estas pessoas que tornaram-se “objeto de legislação sociais repressivas ou da ação caritativa das classes abastadas e da Igreja.” (MOTA, 2009, p.25)⁹.

Como ressaltado por Motta (2009), foi só quando a classe trabalhadora passou a ter consciência de classe, passando de classe em si para classe para si, que a burguesia começa a adotar medidas de enfrentamento da “questão

⁹ “O primeiro exemplo ‘classico’ da legislação social foi a Lei dos pobres, de Isabel I, na Inglaterra (1601), reformada num sentido repressivo na década de 30 do século XIX. (CASTEL apud MOTA, 2009. P.25)

social”, através de legislações e reformas sociais. Porém estas tímidas respostas não atingem efetivamente o cerne da “questão social”.

A revolução de 1848, como ressalta Netto (2009), é um divisor de águas, pois impende que a classe burguesa trate a “questão social” de forma benevolentes. Porém, a burguesia não deixou de tentar “amenizar” o sofrimento dos trabalhadores.

Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da ‘questão social’ é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Trata-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar. (NETTO, 2009, p.155)

De acordo com Mota (2009), os trabalhadores passam a se organizar e politizar suas necessidades, transformando estes problemas em questão pública e coletiva. Algumas das necessidades passaram a ser “reconhecidas pelo Estado, dando origem ao que modernamente denominou-se de políticas de proteção social, ancoradas em direitos e garantias sociais.” (MOTA, 2009, p. 27)

Portanto é buscando dar respostas para a “questão social” que surge as políticas sociais. Após a Segunda Guerra Mundial, nos países de capitalismo central, houve uma ampliação das respostas públicas as necessidades da classe trabalhadora. Foi nesse período que surge o que ficou conhecido como Welfare State (Estado de Bem Estar Social).

De acordo com Behring e Boschetti (2009)

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países , dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009. p. 64)

De acordo com as autoras, o surgimento das políticas sociais está atrelada a contradição entre capital e trabalho, na medida em que a classe trabalhadora começa a reivindicar seus direitos. Como já falado anteriormente, a lei geral da acumulação capitalista – que se expressa pela produção da riqueza na mesma proporção da miséria – deixa claro que desigualdades sociais existem e que tem relação direta com a exploração dos trabalhadores.

Em resposta a essas desigualdades, as classes sociais mais abastadas em “parceria” com o Estado criaram as políticas sociais, a fim de conter os ânimos dos trabalhadores e evitar uma revolução que colocasse em xeque o sistema capitalista.

No Brasil, o surgimento das políticas sociais e seu desenvolvimento tem particularidades. Por sermos um país dependente, periférico e desigual, as mudanças ocorridas aqui tendem a serem benéficas ao capital estrangeiro.

Não houve no Brasil, escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si com partidos e organizações forte. A questão social já existente num país de natureza capitalista com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltada ao mundo do trabalho. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p. 78)

Como ressaltado por Behring e Boschetti(2009), as práticas clientelistas e demais heranças coloniais são de extrema importância para se pensar na construção das políticas sociais no Brasil. O poder político no período da República Velha, organizava-se em torno de uma cultura agroexportadora, onde o poder político e econômicos girava em torno da elite cafeeira e os rearranjos “polítiques” davam a tônica do cenário político.

Poucos são os exemplos de algo relacionado a uma tentativa de “política social” neste momento histórico. As ações se condensavam em uma política higienista, onde a ajuda e a filantropia eram visíveis. Até 1887 não há nenhum registro de política social no Brasil, já em 1888 “há a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública” (BEHRING, BOSCHETTI , 2009, p.79)

Em 1889, os funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários conquistam o direito à pensão e a 15 dias de férias, o que irá se estender aos funcionários do Ministério da Fazenda no ano seguinte. Em 1891, tem-se a primeira legislação para a assistência à infância no Brasil, regulamentando o trabalho infantil, mas que jamais foi cumprida [...]. Em 1892, os funcionários da Marinha adquirem o Direito à pensão. BEHRING, BOSCHETTI,, 2009, p.79, 80)

A entrada o século XX significou uma alteração no cenário brasileiro, tanto no campo quanto na cidade. “A passagem para o século XX foi sacudida pela formação dos primeiros sindicatos, na agricultura e nas indústrias rurais a

partir de 1903, dos demais trabalhadores urbanos a partir de 1907” (Behring e Boschetti, 2009, p.80)

Em 1923, gestaram-se as Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPS), por meio da criação da Lei Eloy Chaves, destinada a determinadas categorias estratégicas de trabalhadores e primeira expressão de previdência no país. A “revolução de 30” fez com que houvesse uma paralisação no comércio brasileiro, e só após o término desta revolução, houve uma diversificação na economia brasileira, como ressalta Behring e Boschetti (2009).

Getúlio Vargas assume a presidência da república após o golpe de 1930. De acordo com Souza (2005), a Era Vargas, conhecida pelo populismo, foi considerada como o marco inicial na ampliação dos direitos sociais. Iniciou-se um grande movimento para a conquista de direitos trabalhistas, levando a criação de legislações trabalhistas e sindicais. A Constituição de 1934, trazia como direitos e regulamentações: a regulamentação do trabalho feminino, o salário mínimo, repouso remunerado, férias anuais remunerada, jornada de trabalho de oito horas, amparo a maternidade, entre outros. Com a ascensão de Vargas, ganha ímpeto a modernização brasileira, porém uma modernização conservadora.

De 1930 até 1943, temos a introdução e expansão das políticas sociais no Brasil. Como ressaltado por Behring e Boschetti (2009) podemos notar a expansão das instituições responsáveis pelas políticas sociais e das próprias políticas públicas: a criação, em 1930, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação e Saúde Pública e o conselho Consultivo do Ensino Comercial. Em 1932, ocorre a criação da (IAPs), com a extinção das CAPs. Em 1937, a política social do Estado dá ênfase a saúde pública e a medicina previdenciária, e surge o Departamento Nacional de Saúde. Em 1941, surge o (novo) código de Menores, através do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), e em 1942 a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), pautada no favor e clientelismo. Em 1942, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e em 1960 a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). A LOPS assegurava o mesmo regime de benefícios da previdência social, independente da categoria profissional de cada um dos trabalhadores regulamentados pela CLT.

Em 1945, após 15 anos no poder, Getúlio Vargas caiu, e abriu-se um novo período do país, de intensas turbulências econômicas, políticas e

sociais [...]. A constituição de 1946 foi uma das mais democráticas do país [...]. O período 1946-1964 foi marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação da luta de classes. (BEHRING E BOSCHETTI, 2009, p.109)

Como explicado pelas autoras, além da criação, em 1965, da Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor (FUNABEM), também tivemos em 1966-67 a unificação, uniformização e centralização da Previdência Social. Cria-se o FUNRURAL, uma previdência ampliada aos trabalhadores rurais, além da garantia de cobertura previdenciária a outras categorias profissionais (como as domésticas, em 1972, e os ambulantes, em 1978). Também em 1967, os acidentes de trabalho passam para a gestão do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1974, ocorre a criação do Ministério da Assistência Social, incorporando a LBA, o FUNABEM, a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), além da criação da Renda Mensal Vitalícia (RMV) para os idosos pobres que haviam contribuído em pelo menos um ano para a previdência social – o valor pago era de um salário mínimo. Em 1977, cria-se o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SIMPAS), que compreendia o INPS e o Instituto de Assistência Médica (IAPAS) e a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Segundo Behring e Boschetti (2009), a expansão das políticas sociais no Brasil durante o período da ditadura brasileira, de 1964 a 1985, foi lenta e seletiva, mantendo o formato corporativista e fragmentado da Era Vargas.

A partir de 1984, abre-se, com eleições indiretas, a campanha pela Presidência da República. Assim, inicia-se a caminhada rumo a transição democrática a fim de evitar que a classe subalterna chegasse a radicalizar suas lutas. O Brasil passa por um processo de restauração do estado democrático depois de 20 anos de ditadura implantada por militares. Neste momento, verifica-se a presença de um movimento operário e popular que transformava-se em um componente político central.

Assim, neste período, mantém-se o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorializado da política social brasileira, subsumida à crise econômica, apesar do agravamento das expressões da questão social. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p.144)

Enquanto 1988 foi considerado um ano importante, dada a promulgação da nova Constituição Federal e o retorno do caráter democrático do Estado brasileiro antes em ausência, a década de 1990 foi marcada pelo neoliberalismo e a crise estrutural que avançava no país. Com a lógica neoliberal veio a contenção dos gastos sociais, as privatizações de empresas públicas, a mercantilização dos serviços públicos, a participação das ONG's na execução da política social, entre outras.

Com o aprofundamento do neoliberalismo nos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, o Brasil intensifica o aumento do desemprego e conseqüentemente as expressões da “questão social”. Com políticas sociais cada vez mais focalizadas, a pobreza e a desigualdade social permaneceram como problemas estruturais de nossa sociedade.

Quando Lula assume a presidência da república, em 2003, suas estratégias mesmo que sendo consideradas profundamente alinhadas aos interesses da classe trabalhadora, confirmam a manutenção dos interesses das classes dominantes no Brasil. De acordo com Almeida (2004) nos primeiros dias de governo de Lula foi lançado o programa Fome Zero¹⁰ e, simultaneamente, a proposta de reforma da Previdência Social. Esta última investia contra o sistema de privilégios vigente, estabelecendo o mesmo teto para as aposentadorias dos empregados dos setores público e privado. Criava, também, a previdência complementar a ser definida em legislação específica.

Em síntese, as políticas sociais atuais mesmo contendo traços inovadores, mostram-se focalizadas sendo constantemente atacadas pela lógica neoliberal. Não obstante, mascaram a “questão social” sendo manipuladas pelas classes dominantes.

¹⁰ “Fome Zero contemplaria três grandes conjuntos de iniciativas. O primeiro incluiria políticas estruturais: geração de emprego e renda, previdência social universal, incentivo à agricultura familiar, intensificação da reforma agrária, bolsa-escola e renda mínima. O segundo conjunto seria o das políticas específicas: programa de cupom alimentação (depois substituído por uma transferência direta de R\$ 50,00 reais a cada beneficiário, por meio do cartão-alimentação), doações de cestas básicas emergenciais, manutenção de estoques de segurança, quantidade e qualidade de alimentos, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, combate à desnutrição infantil e materna, ampliação da merenda escolar, educação para o consumo e educação alimentar. Finalmente, entrariam as políticas para áreas rurais, pequenas e médias cidades, e metrópoles, com uma série de medidas que incluem, nos dois últimos casos, bancos de alimentos, formados por doações. (ALMEIDA, 2004, P.10)

3 A QUESTÃO HABITACIONAL BRASILEIRA

3.1 A concentração de terras no Brasil e a urbanização

Como ressaltado por Podoleski (2009) as terras brasileiras sempre foram alvo de interesses nacionais e internacionais. A política de terras no período colonial era falha e por isso precisava de uma lei que estipulasse limites para o uso da terra. O território brasileiro estava envolvido em uma economia baseada na exploração mineral e na agricultura, destacando-se a produção de açúcar e café.

Com efeito, a promulgação da Lei de Terras 601/1850 decretada por Dom Pedro II ficou caracterizada como um período de transição de um sistema baseado no trabalho escravo para um sistema de trabalho assalariado, onde:

A terra adquire dessa forma a propriedade de mercadoria - tudo o que pode ser vendido ou comprado -, podendo ser vendida e não mais apenas concedida ou doada, substituindo o escravo, que também era gerador de lucros no comércio. (PODOLESKI, 2009, p.5)

A Lei de Terras alterou profundamente o sistema de propriedade privada. Com a sua promulgação, a terra passa a ser uma mercadoria sendo a compra e venda o único modo de adquiri-la, como ressaltado no artigo 1º da Lei de Terras¹¹. Como descrito por Fonseca (2005)

[...] o conjunto da lei buscava atribuir ao jovem Estado brasileiro um estatuto de propriedade que fosse genuinamente moderno, livre dos traços do antigo regime. Tratava-se de um conjunto de medidas que buscava deixar definitivamente para trás um sistema em que se concebia a terra essencialmente como fonte de prestígio social para um período no qual ela representa essencialmente poder econômico. (FONSECA, p.16, 2005)

De acordo com Maestri (2003), com esta nova lei, os pobres eram impedidos de se transformarem em agricultores pois só quem possuísse recursos para comprar e manter suas terras poderiam adquiri-las. Com a abolição da escravatura, em 1888, a desigualdade de distribuição das terras que já era notado acentuou-se ainda mais. Os negros que agora estavam

¹¹ Art. 1º - ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compras. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do império com países estrangeiros em zona de 10 leguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

libertos não tinham acesso a terra e assim foram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Quando a população negra chega nas cidades continua a não dispor de recursos para a compra de seus terrenos, e assim passam a ocupar lugares como cortiços, casarões velhos e vilas a fim de construir suas moradias.

Segundo Botega (2007) o processo de industrialização e urbanização no Brasil, teve início na passagem do Império para a República Velha. A política urbana que foi implementada naquele momento era voltada para a manutenção do modelo agrário-exportador, e a ordem da política era o embelezamento com o fim de atrair investidores estrangeiros.

A cidade do Rio de Janeiro foi o principal exemplo desta política. No início do século XX, a cidade passa por uma intensa reformulação visando a sua modernização, o que para a elite da época significava fazer com que a cidade se alinhasse às grandes cidades européias, passando uma visão de progresso que auxiliaria na captação de investimentos estrangeiros. [...] Como resultado deste processo, podemos ver, também, o principal recurso que historicamente as classes populares têm buscado para suprir a crise de habitação, qual seja, a ocupação de terrenos vazios que, no caso do Rio de Janeiro, eram os subúrbios e as encostas dos morros. (BOTEGA, 2007, p. 66,67)

Com efeito, segundo Pinto (2005) a população que se encontravam em cortiços, casarões e vilas na região central do Rio de Janeiro, que já eram marginalizados desde a época da abolição da escravidão, passam a ser retirados destes lugares, e sem ter para onde ir, buscam abrigo nas encostas dos morros e nas margens da cidade.

[...] as condições habitacionais não atendiam as demandas e propiciaram o aparecimento de surtos endêmicos pelas condições miseráveis e anti-higiênicas em que os proletários foram obrigados a se alojar. Paralelamente, a concentração de trabalhadores favorecia o processo de politização (PINTO, 2005, p. 98)

Devido aos surtos endêmicos que estavam ocorrendo, a burguesia que se sentia ameaçada pelas doenças e pela disseminação de ideias revolucionárias demoliam imóveis e proveram uma:

[...] renovação urbana, o que provocou a criação de condições para a especulação imobiliária (altos aluguéis) e o deslocamento dos alojamentos precários dos trabalhadores. (PINTO, 2005, pag.99)

Vários fatores são responsáveis pela criação das favelas, entre eles está a abolição da escravidão, o surgimento da indústria e o incremento do comércio e serviços na área central da cidade. Todos estes fatores, contribuíram para que ocupações fossem se capilarizando pelo espaço urbano.

Segundo Abreu (1998), a população que foi expulsa dos cortiços, casarões e vilas não puderam se afastar do centro das cidades, pois era onde havia grande concentração de ofertas de trabalho, e por isso, buscaram outras alternativas para se manter próximo ao centro. A falta de mobilidade também foi um dos fatores que tornou necessária a permanência nas áreas centrais das cidade, propiciando que as primeiras favelas fossem surgindo nas encostas dos morros.

Com efeito,

O aparecimento da favela está intimamente ligado a todo um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase tipicamente mercantilexportadora para uma fase capitalista-industrial. (...) Trata-se do momento em que a economia cafeeira fluminense entra em crise (...) reorientando toda uma estrutura já consolidada de comportamento do capital mercantil; do momento em a cidade passa a ter um crescimento demográfico extremamente rápido (fruto de migrações internas e estrangeiras) que agravava sobremaneira a questão habitacional. (ABREU,VAZ, 1991, p.482)

A partir de 1930, com o início da República Nova, Getúlio Vargas passa a reconhecer as favelas. Porém, foi apenas entre 1945 a 1964 que esses espaços passam a ser campo de intervenção pública, de maneira que os políticos ofereciam barganhas para os moradores da favela em troca de votos.

Conforme aponta Valladares (1978, p. 26), “as favelas constituíram um campo fértil para a demagogia política (...) [pois] os políticos tornaram-se verdadeiros intermediários entre a população local e o 'mundo de fora', de onde provinham os recursos e os serviços”. Neste contexto é perceptível a tentativa de controle e de clientelismo entre os políticos e os habitantes das favelas.

3.2 A Política Habitacional Brasileira

De acordo com Gonçalves (2000), a moradia que é reconhecida como um direito básico, historicamente foi uma questão problemática na realidade brasileira. Por não ter condições materiais de arcar com os custos para adquirir

sua própria moradia ou pagar aluguel, muitas pessoas encontraram nas ocupações de terrenos públicos e privados a alternativa para o acesso a casa própria, embora em situações precárias, em áreas de difícil acesso e de risco.

Com o início do capitalismo no Brasil,

[..] A questão da moradia torna-se um problema estrutural do modo de produção capitalista em virtude da desigualdade na distribuição de renda, que acentua o aprofundamento da miséria ao lado da expansão da riqueza provocando graves consequências, como os baixos salários, o desemprego, a dificuldade de suprir as necessidades básicas. (GONÇALVES, 2000, p. 250)

Ao refletirmos sobre a questão da moradia no nosso país, devemos demarcar que foi apenas no período getulista, a partir da década de 1930, que se começa a esboçar uma política de habitação.

Como resposta à ineficiência do setor privado e a política segregacionista de diferentes governos, foi proposto por meio Estado brasileiro, o financiamento de aluguéis por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão. Tal medida se mostrou ineficiente, à medida que, se verificavam os desafios a serem enfrentados na política habitacional do país, além do acesso restrito, dessa política, aos associados do instituto. (DUMONT, 2014, p.27)

Ainda de acordo com o estudioso,

Como resultado das disputas políticas do período populista, iniciado nos anos de 1930, temos em 1946 a Fundação da Casa Popular (FCP), como marca da política habitacional desse período. No entanto, devido ao acúmulo de funções, à falta de recurso e de força política, essa fundação, que tinha como objetivo prover uma política pública para habitação popular teve, em 1952, suas atribuições reduzidas, pois era necessária a criação de uma regulamentação ou normatização para os diferentes usos do espaço da cidade. (DUMONT, 2014, p.28)

Ao pensarmos sobre a história da política habitacional, devemos destacar que somente após 1964, com a ascensão do regime ditatorial que se cria o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), juntamente com o Banco Nacional de Habitação (BNH), tendo como objetivo “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda”. (BOTEGA, 2007, p. 67).

A fim de possibilitar o “desenvolvimento” do país, estabeleceu-se como meta o controle do crescimento das ocupações irregulares.

Desse modo, o governo militar produzia uma ideia de que a solução para política urbana e habitacional se daria a partir do planejamento das cidades brasileiras. No entanto, a elaboração desse sistema não levava em consideração os diferentes elementos norteadores da “cidade formal” e da “cidade ilegal”. Portanto, a política de habitação desse período centrou-se na produção de moradias e obras de infraestrutura na cidade legal (formal). (DUMONT, 2014, p.28)

Após a extinção do BNH, conforme explicitado por Mota (2017), houve uma queda nos recursos destinados a habitação, fazendo com que houvesse novamente um concentração de propriedades na mãos das classes dominante. Para tentar minimizar as consequências sobre a grande massa da população “ [...] o governo federal lançou, em 1987, o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria especial de Ação Comunitária (SEAC), que tinha como objetivo financiar habitações para famílias com renda inferior a três salários mínimos. ” (MOTA, 2017. p.6)

Após 1990, quando Collor assume a presidência por eleições diretas, a política habitacional toma explícitos rumos neoliberais:

[...] o mais importante programa habitacional lançado foi o PAIH (Plano de Ação Imediata para a Habitação), que propunha o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias, mas não cumpriu suas metas. O governo Itamar (1992 a 1994) criou os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de “ajuda mútua”. Todavia, esses Programas tinham uma padronização excessiva e muitas exigências legais, o que impedia muitos municípios de captarem os recursos disponibilizados. Porém, nesse mesmo governo, temos dois avanços: o primeiro (ainda que associado às exigências das agências internacionais) foi uma mudança conceitual, com incentivo à formação de conselhos e à criação de fundos para habitação; o segundo foi a constituição, em 1992, do Fórum Nacional de Habitação, composto por entidades da sociedade civil, setores do Estado e empresários da construção civil, cujo objetivo era construir uma aliança entre os interesses envolvidos no financiamento, na produção e no uso da moradia. O período FHC (1995-2002) avançou no reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, da ampliação da participação e de uma visão integrada da questão habitacional. Porém, essa concepção não foi colocada em prática devido à orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais, como o FMI (CARDOSO APUD MOTA, 2017, p. 7 e 8)

A partir do governo Lula (2003 - 2010), foi possível o desenvolvimento de projetos que visavam criar condições financeiras e técnicas para a consolidação da política urbana e habitacional, criando-se o Ministério das Cidades.

Numa tentativa de concretizar os desafios para a formulação, implementação e consolidação de política urbana e habitacional no Brasil, o governo Lula, lança em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando articular os investimentos privados com os investimentos públicos. (DUMONT, 2014, p. 40)

Dessa parceria público-privada, sob a égide neoliberal, em 2009 foi lançado o Programa “Minha Casa Minha Vida” com a meta de construir um milhão de moradias para a população pobre.

Esta política tem continuidade com a eleição, em 2010, da candidata (da situação), Dilma Rousseff. Numa tentativa de aprimorar os elementos norteadores da política urbana e habitacional do governo Lula, é lançado o PAC II. (DUMONT, 2014, p. 40)

Fica claro, como ressaltado por Dumont (2014) , que os avanços na política urbana e habitacional são marcados por um conjunto de impasses e dilemas, desde o prolongamento do ainda existente déficit habitacional até a perspectiva de mercado que se revela norteadora do acesso à moradia. Esta situação revela a insuficiência da política habitacional brasileira, fomentando as lutas sociais a fim de garantir o acesso a casa própria e o direito a cidade.

Embora o Estado brasileiro seja diretamente responsável por intervir na questão habitacional, revelando-se como mais uma das manifestações da “questão social”, o acesso à moradia tem estado sob o jugo das empresas privadas, que se caracterizam com as grandes responsáveis pela construção de habitações no Brasil (MOTA,2017). Com efeito, devemos nos perguntar se de fato o direito à habitação é uma das fundamentações legais em nosso país, ou se é mais uma forma de lucro do grande capital.

3.3 A questão habitacional no município de Mariana

Segundo Fonseca (1995), o espaço urbano da cidade de Mariana começou a se formar desde o século XVII, quando em 1696 as bandeiras paulistas de Miguel Garcia e Salvador Furtado descobriram ouro em um rio que foi batizado como Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. As margens do ribeirão foi se formado um povoado e em seguida foi erguida uma capela. Nas palavras da autora, “A simples cruz de madeira, e em seguida a rústica capelinha, eram o símbolo da sacralização do domínio, da posse de um

território antes considerado profano, porque desconhecido.” (FONSECA, 1995, p. 23)

A notícia do descobrimento e a quantidade de ouro no arraial logo se espalhou “[...] e em pouco tempo o arraial já contava com uma população suficientemente numerosa, que lhe permitia pleitear o reconhecimento institucional de seu crescimento perante a igreja e, ao mesmo tempo, perante o próprio Estado.” (FONSECA, 1995, p. 24)

Ainda de acordo com a historiadora (1995) o arraial que havia se expandido, em 1711, foi elevado ao status de vila.

Quando a criação de uma vila, a determinação do seu termo, ou seja, da área do novo município, era uma das providências a serem tomadas, assim como a delimitação do sítio. Este último constituía o terreno público da vila, que competia à Câmara administrar, seguindo as vagas orientações das Ordenações do Reino. (FONSECA, 1995, p. 29)

Também no início do século XVIII foram construídos vários edifícios marcantes e alguns logradouros. Mesmo com as enchentes ocorridas por volta de 1743, que destruíram boa parte da vila, devido aos fortes impactos que a mineração trazia ao Rio Ribeirão, o Rei D. João V ainda manteve sua decisão de instalar no local a sede do novo bispado. Portanto, “[...] em 1745 concretizou-se a criação do bispado. Neste mesmo ano, a vila foi elevada à categoria de Cidade de Mariana, em homenagem à D. Maria Anna D’ Áustria, esposa de D. João V.” (FONSECA, 1998, p. 36).

Os engenheiros militares foram chamados para trabalhar no planejamento das cidades coloniais, e como ressaltado por Fonseca (1995), o plano urbanístico de Mariana foi idealizado pelo engenheiro militar José Fernandes Alpoim. A cidade contou com um documento que dispunha sobre o traçado, as determinações dos locais das praças, dos principais edifícios, indicando também as ruas e os principais aspectos das moradias.

No tocante às vilas mineiras, parece que Mariana foi a única a constituir objeto de um régido de mesmo teor das citadas acima. Provavelmente porque, como centro religioso das Minas, a cidade tinha um valor estratégico, devendo ostentar uma imagem que refletisse a nova ordem social que se desejava impor, e uma imagem digna do nome da rainha - regular, ordenada, bastante diferente do arraial decadente e castigado pelas inundações do Ribeirão do Carmo. (FONSECA, 1998, p. 41)

Ainda como ressaltado por Fonseca (1995), a construção deste cenário de uma cidade com um valor estratégico, marcada por uma ostentação, com a intenção de se impor, foi profundamente condicionada por cânones da igreja, criados em plena contra- reforma e profundamente ligados ao barroco.

Havia uma grande preocupação em “aformosear”, além das ruas e edifícios, as entradas dos núcleos urbanos. Mariana teve, em 1782, seu acesso modificado: a “porta” da cidade, que esteve antes em São Gonçalo, com a construção do “Caminho Novo” para Vila Rica, foi transferida para a Rua Nova. Esta já se encontrava, então, pontilha de monumentos civis e religiosos, e havia se tornado palco de vários cortejos religiosos e entradas solenes dos bispos. (FONSECA, 1998, p. 50)

Segundo Fonseca (1995) o espaço urbano de Mariana não se enquadra em um único “estilo”, sendo influenciado pelo pensamento renascentista e mineirista. É importante ressaltar ainda o momento que se iniciou a exploração de minas de ouro no distrito de Passagem de Mariana. Este fato teve um impacto significativo na estrutura física e econômica da cidade. Segundo Tavares (2006)

Em 1819, o Barão de Eschewge inicia a exploração de ouro na região de Passagem de Mariana, tentando introduzir novas técnicas de extração e beneficiamento, sem, contudo, alcançar sucesso. No século XIX, com a chegada das companhias mineradoras inglesas, cujo objetivo era a produção de ouro houve outra fase de extração mineral na região. Essa atividade foi basicamente localizada no Distrito de Passagem de Mariana, com a extração subterrânea de ouro pela Cia. Minas de Passagem. Nas décadas de 1880 e 1890 foi a segunda mina mais produtiva da região metalúrgica. Também neste período houve a tentativa de exploração em maior escala de ouro ao norte da cidade de Mariana, locais conhecidos hoje como Gogô e Mina del Rei (Ferrand 1897), no mesmo local onde foi extarido minério de ferro no século seguinte. (TAVARES, 2006, p.2)

Os referidos lugares onde foram iniciadas as primeiras extrações subterrâneas, como as terras do Distrito Passagem de Mariana até o Bairro Morro Santana (Gogô), ainda pertencem à Companhia Mina de Passagem. Com efeito,

Como consequência do aumento populacional e da falta de planejamento urbano as cidades de Ouro preto e Mariana e o distrito de passagem de Mariana passaram a sofrer um processo de expansão desordenada. Em Mariana, além das ocupações das encostas, ocorreu também a ocupação das margens e planícies de imundação do Ribeirão do Carmo. (TAVARES, 2006, p. 4)

Em termos gerais, como escrito por Fonseca (1995) a cidade de Mariana ao longo do século XIX sofreu pouquíssimas alterações.

Foi somente no início do século XX que a paisagem de Mariana sofreu algumas mudanças significativas, com a chegada de estrada de ferro, em 1914, e a construção, na margem esquerda do ribeirão, do edifício da estação, em 1921, tão “moderno” quanto o da recém criada capital de Minas. Era o início da “cidade nova”, como seria conhecida, mais tarde, esta parte da cidade. (FONSECA, 1998, p. 54)

Mais a frente, a partir da década de 1960 instalaram-se em Mariana as empresas Samarco, Samitre e Companhia Vale do Rio Doce tendo como objetivo a extração de minério de ferro.

A partir da década de 1960, chegaram as primeiras mineradoras na cidade, causando um processo de urbanização jamais sonhado nas melancólicas décadas anteriores. [...] Em 1965, chega a S.A. Mineração Trindade (Sami-tri), que mesmo antes de sua ativação já atraía um significativo contingente populacional, causando modificações no ritmo da cidade [...] Motivadas pelas reservas minerais e pelos gordos incentivos fiscais oferecidos pelo ímpeto desenvolvimento diretorial, chegam à Mariana mais duas mineradoras, Samarco Mineradora S.A e a Companhia Vale do Rio Doce. (JUNIOR, 2005. p.184)

Acerca do crescimento demográfico no referido período, cabe destacar que

Nestas primeiras décadas, o crescimento demográfico foi o resultado de grandes fluxos populacionais vindos de outros municípios: funcionários da empresa e seus familiares e, sobretudo, grande número de pessoas em busca de trabalho, além da mão-de-obra pouco especializada, que trabalhou na instalação das empresas e que permaneceu na cidade após o fim das obras (Fonseca, 1995). Neste período a população rural do município de Mariana tem pouca participação na composição da população da cidade, tendo uma variação modesta, saindo de 11.329 em 1950, para 9.901 em 1980. Mariana só conhecerá uma migração campo cidade significativa no final dos anos oitenta e início dos noventa. (JUNIOR, 2005. p.184,185)

Ainda como afirmado por Junior (2005), durante os anos de 1975 a 1985, foi demandado o planejamento e a construção de bairros (chamados de vilas), para os operários das mineradoras.

Neste período, observa-se o incremento da ocupação da chamada “cidade nova” e o surgimento de vários bairros periféricos nas cercanias da cidade e nas regiões ribeirinhas ao Ribeirão do Carmo, chamadas “Prainhas”. Esses bairros bastantes insalubres, foram fruto de uma ocupação “desordenada” do espaço, levada a efeito durante a década de 1980, por políticas clientelistas muito comuns na região. De acordo com a pesquisa anterior (Souza Junior, 2000), constatamos que os dois bairros mais pobres do município, Cabanas e Santo Antonio

(prainha), tem sua população formada, em sua maioria, por pessoas vindas da zona rural ou de outro municípios, 59 e 60% respectivamente. Nesses bairros, os números quanto à renda, violência e escolaridade, também não são favoráveis. (JUNIOR, 2005. p.188)

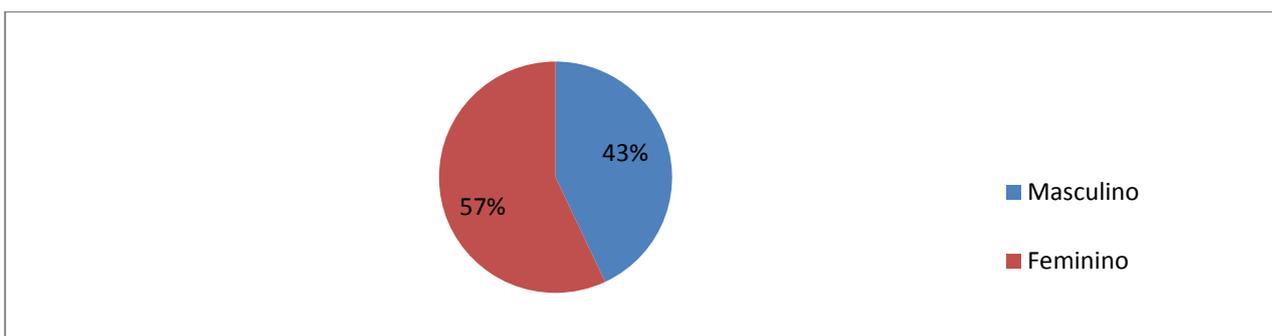
Tendo em vista o surgimento de bairros periféricos e as ocupações irregulares em Mariana, propomos a análise da ocupação Alto Rosário, visto que há uma relação das expressões da “questão social”, especialmente no que tange à habitação. Neste sentido, propomos nas próximas linhas analisar a ocupação do Alto Rosário frente à luta por acesso à habitação no município de Mariana (MG).

3.4 A ocupação do Alto Rosário

Este trabalho é fruto de uma inquietação que tem início no momento que passei a trabalhar em uma escola da rede pública municipal, no Bairro Rosário, no ano de 2015. Trata-se de uma análise secundária tendo como base o Relatório do Cadastramento dos Moradores do Alto Rosário, em Mariana – MG, realizado pelo Núcleo de Estudos Aplicados e Sóciopolíticos Comparados (NEASPOC) do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A pesquisa foi realizada no mês de Agosto de 2013, sendo 340 moradores entrevistados. Cada entrevistado representou um domicílio que podia possuir uma família ou mais.

Conforme apresentado no Relatório da NEASPOC, “As porcentagens estão arredondadas e por essa razão pode acontecer de sua soma não atingir 100% (Pode ficar como 99%, 101%, próximo de 100%).” (NEASPOC, 2013, p. 05). Passando para a análise dos dados sócio-econômicos, podemos notar que a maioria dos moradores da ocupação Alto Rosário é do sexo feminino. Representando 57% dos entrevistados, o total de mulheres que participaram da pesquisa é de 193 pessoas, seguidas por homens que compõem um total de 147 entrevistados (43%).

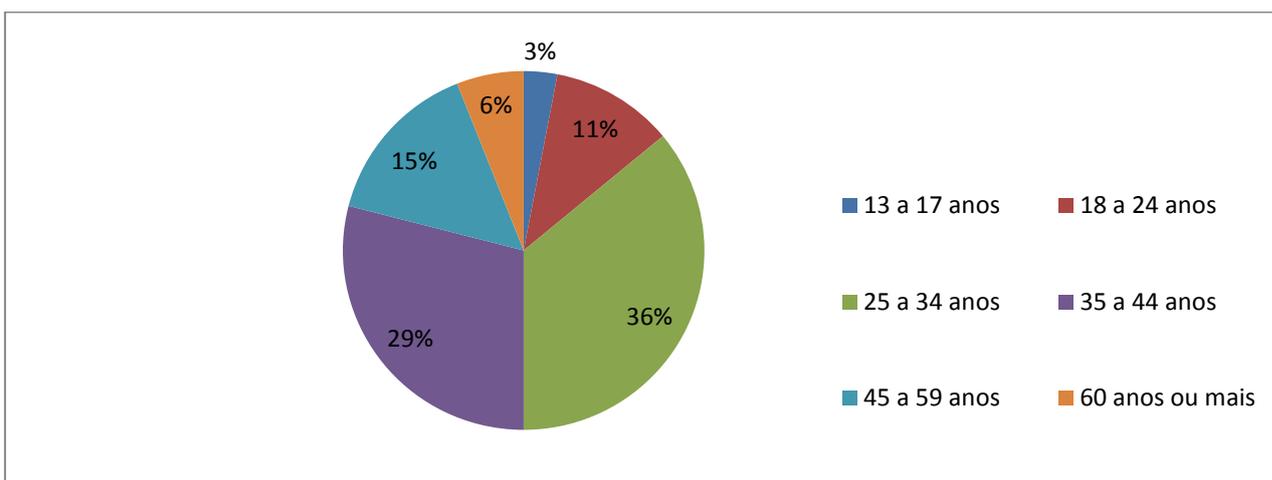
Gráfico 1 – Sexo



Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 6).

Acerca da faixa etária dos entrevistados, percebe-se que 65% dos moradores estão na faixa etária entre 25 e 44 anos, significando um total de 218 pessoas. Nota-se uma prevalência da população adulta na ocupação.

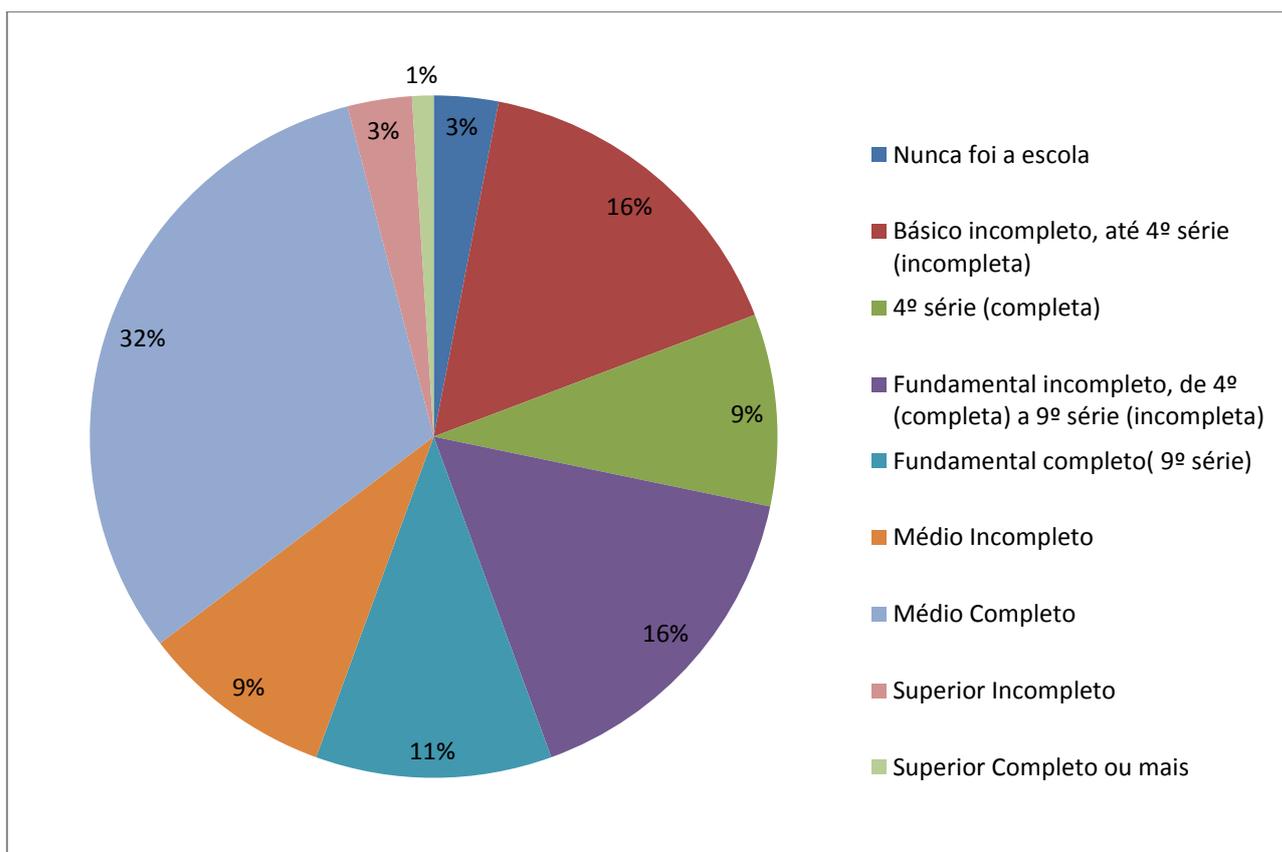
Gráfico 2: Faixa Etária



Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 6).

Acerca do grau de instrução, é perceptível que 61% da população do Alto Rosário alcançou o ensino médio completo estando também presentes aqueles que evadiram do sistema escolar antes do término desse ciclo, contabilizando o número total de 211 pessoas.

Gráfico 3 : Grau de Instrução

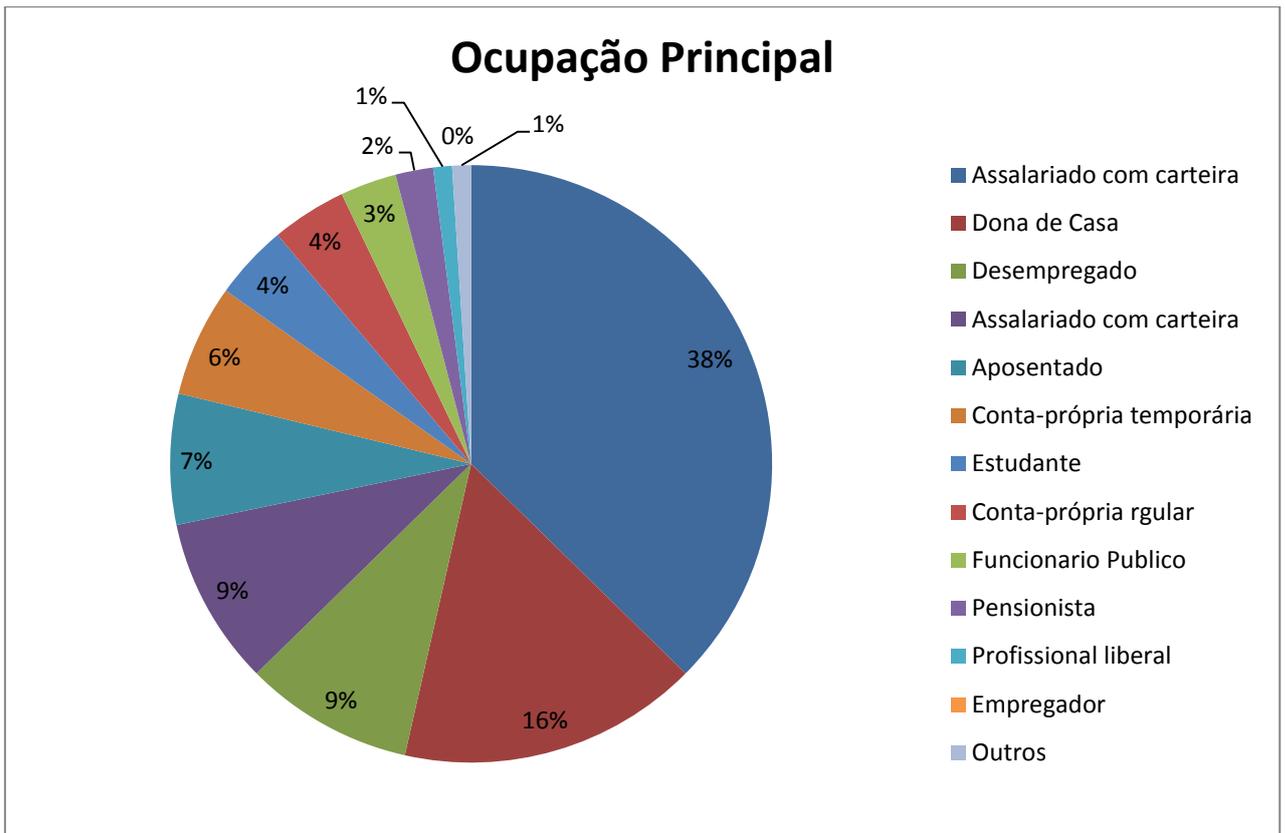


Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 7).

Os dados acerca da escolaridade nos remetem ao êxodo rural que tem início na sociedade brasileira com o processo de industrialização e urbanização. A população que vai constituir as primeiras favelas, como apontado anteriormente por Maestri (2013), era composta por negros libertos que não tinham acesso à terra. Como é sabido, a população escrava não tinha acesso à escola e isso nos faz refletir sobre os desdobramentos que essa falta de escolarização ainda impactam as pessoas que buscam acesso à habitação na atualidade.

Conforme apontado no gráfico abaixo acerca da composição do mercado de trabalho, 37% dos entrevistados (125 pessoas) são assalariados com carteira assinada.

Gráfico 4: Ocupação Principal

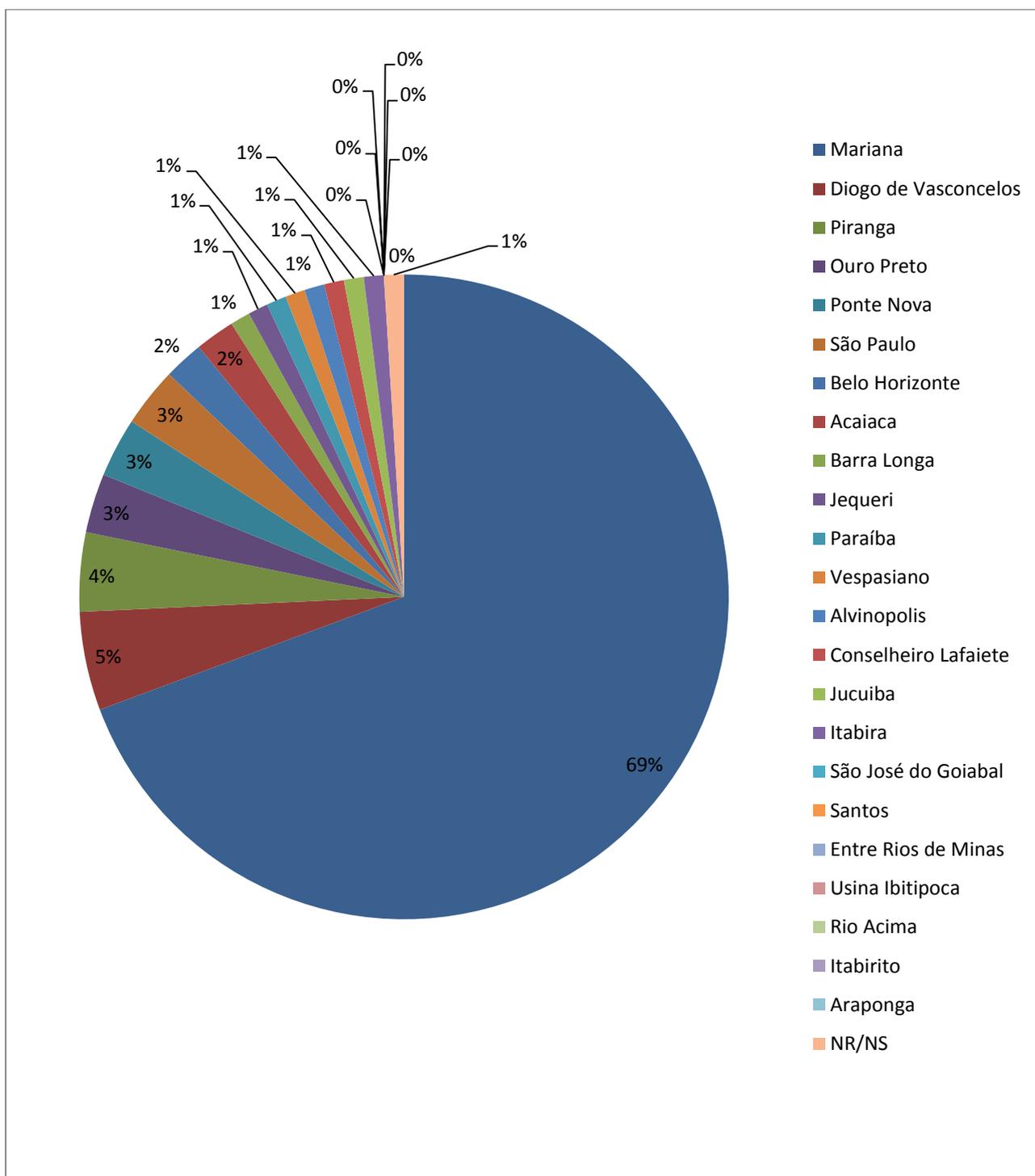


Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 8).

Tendo em vista as reflexões de Marx (1988b), a reprodução ampliada faz com que a relação do capital com o trabalho incite a pauperização da situação do trabalhador. Tornando-o mais vulnerável ao jogo da extração de mais-valia, provoca também o aparecimento das diversas expressões da “questão social”, com o ingresso dos trabalhadores na cena política exigindo direitos, como reafirmado no gráfico acima.

Passando para a análise dos dados sobre o movimento de ocupação do Alto Rosário, temos no gráfico abaixo a informação que 69% dos entrevistados (237 pessoas) residia em Mariana antes de morar nesta comunidade.

Gráfico 5: Cidade anterior antes de morar na Ocupação Alto Rosário



Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 9).

Mesmo que Mariana seja uma cidade de pequeno porte, observa-se que os ocupantes do Alto Rosário buscaram sair dos locais onde nasceram para construir suas casas na região central do município. Isso nos remete à discussão feita por Abreu (1988) que, ao acompanhar a formação das

primeiras favelas no Brasil, relata que pelo incremento do comércio e dos serviços, especialmente pela grande oferta de trabalho, houve um impulso pela fixação de moradias nas áreas centrais das cidades. Isso também relacionado à dificuldade de mobilidade e ao alto custo dos transportes públicos, nos revela que a ocupação em Mariana visa facilitar o acesso dos ocupantes ao conjunto de instituições, serviços e empresas existentes visando melhores condições de habitação e vida.

Em relação à tabela abaixo, notamos que dos 69% dos entrevistados que já moravam em Mariana antes da ocupação, 51% (121 pessoas) habitavam em distritos, enquanto 47% (112 pessoas) vieram de bairros, 2% (4 pessoas) não sabem ou não respondem.

Tabela 1: Cidade onde morava antes de morar no Alto Rosário

	Casos	%
Distrito Inespecífico	19	8%
Campinas (Distrito)	18	8%
Rosário	18	8%
Estrela do Sul	17	7%
Santo Antônio (Prainha)	15	6%
São Gonçalo	13	5%
Furquim (Distrito)	12	5%
Colina	11	4%
Paracatu (Distrito)	10	3%
Cachoeira do Brumado (Distrito)	8	3%
Centro	7	3%
Mainart (Distrito)	6	3%
Vargem (Distrito)	6	3%
Claudio Manoel (Distrito)	6	3%
Bandeirantes (Distrito)	5	2%
Galego	4	2%
Monsenhor Horta (Distrito)	4	2%
Santa Rita Durão (Distrito)	4	2%
Cuiabá (distrito)	4	2%

Barro Preto	3	1%
Constantino (Distrito)	3	1%
Vila Paraíso (Distrito)	2	1%
Bento Rodrigues (Distrito)	2	1%
Morro Santana	2	1%
São Cristóvão	2	1%
Vila Aparecida	2	1%
Pedras (Distrito)	2	1%
Jambeiro (Distrito)	1	0%
Jardim dos Inconfidentes	1	0%
Pinheiros Altos (Distrito)	1	0%
São Sebastião	1	0%
Pacas	1	0%
Vila Santa Efigênia	1	0%
Padre Viegas (Distrito)	1	0%
Barretos (Distrito)	1	0%
Várzea (Distrito)	1	0%
Morro do Gogo	1	0%
Goiabeiras (Distrito)	1	0%
Aguas Claras (Distrito)	1	0%
Antônio Pereira (Distrito)	1	0%
NS/NR	4	2%
Total	237	100%

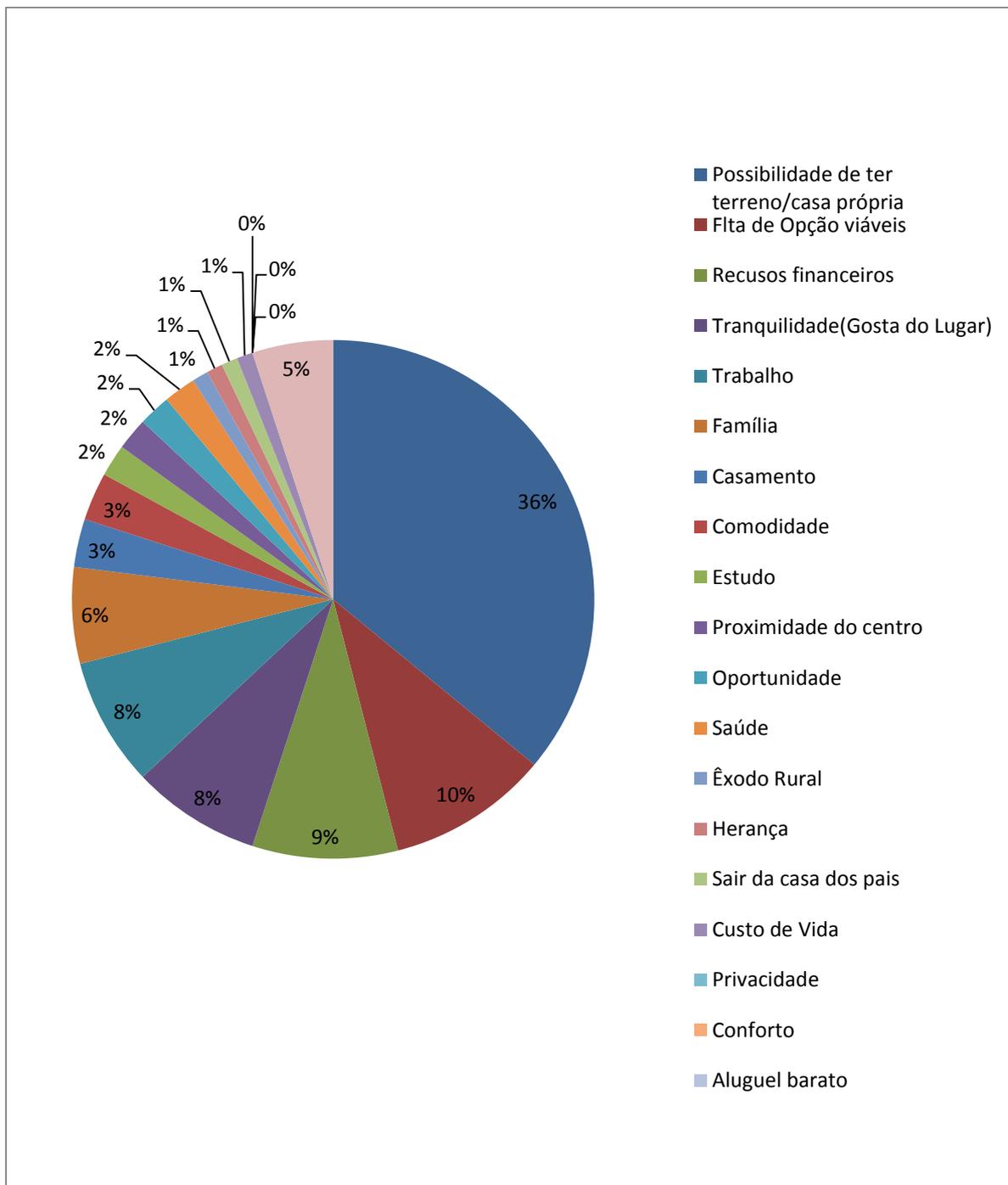
Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 10).

Reafirmando a problematização de Pinto (2005), o processo de ocupação irregular está intimamente ligado à uma permanência da população sem moradia nos centros das cidades ainda que em encostas e morros. No caso do Alto do Rosário, mesmo os ocupantes sendo de outros distritos ou bairros do município, identifica-se a luta pela permanência na área urbana.

Com relação ao gráfico abaixo, é perceptível que o motivo que mais influenciou a população entrevistada a construir suas moradias nessa

comunidade foi a possibilidade de adquirir um terreno ou casa própria, contabilizando um total de 36% (123 pessoas).

Gráfico 6: Razão para morar neste bairro



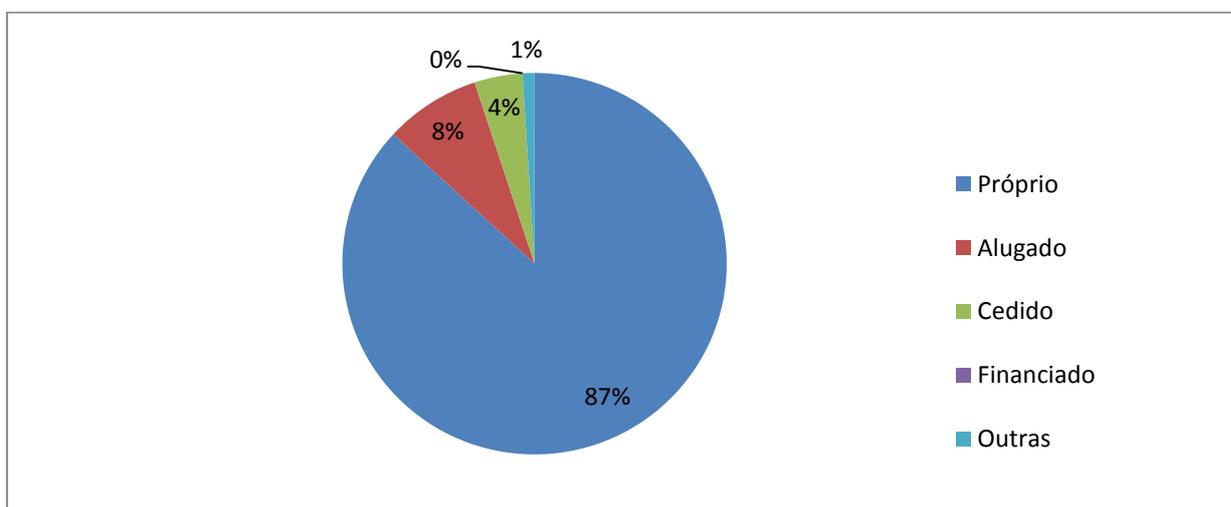
Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 12).

Com efeito, a busca de adquirir a casa própria tem relação com a mercadoria na sociedade capitalista. Se apropriar, comprar e vender são

práticas corriqueiras nesta sociabilidade como discutido nos capítulos anteriores. Porém, esse não é um processo natural conforme discutido por Marx (1988a).

A habitação, mais uma mercadoria criada no modo de produção capitalista, revela-se como um elemento fundamental nas relações erigidas sobre a ordem do capital. Nesse sentido, tendo em vista o modo como a moradia na ocupação do Alto Rosário se transforma em mercadoria, podemos analisar a maneira como o imóvel foi adquirido. Como demonstrado no gráfico abaixo, 87% dos entrevistados (294 pessoas) informaram que o imóvel onde residem é próprio.

Gráfico 7: Situação do Imóvel

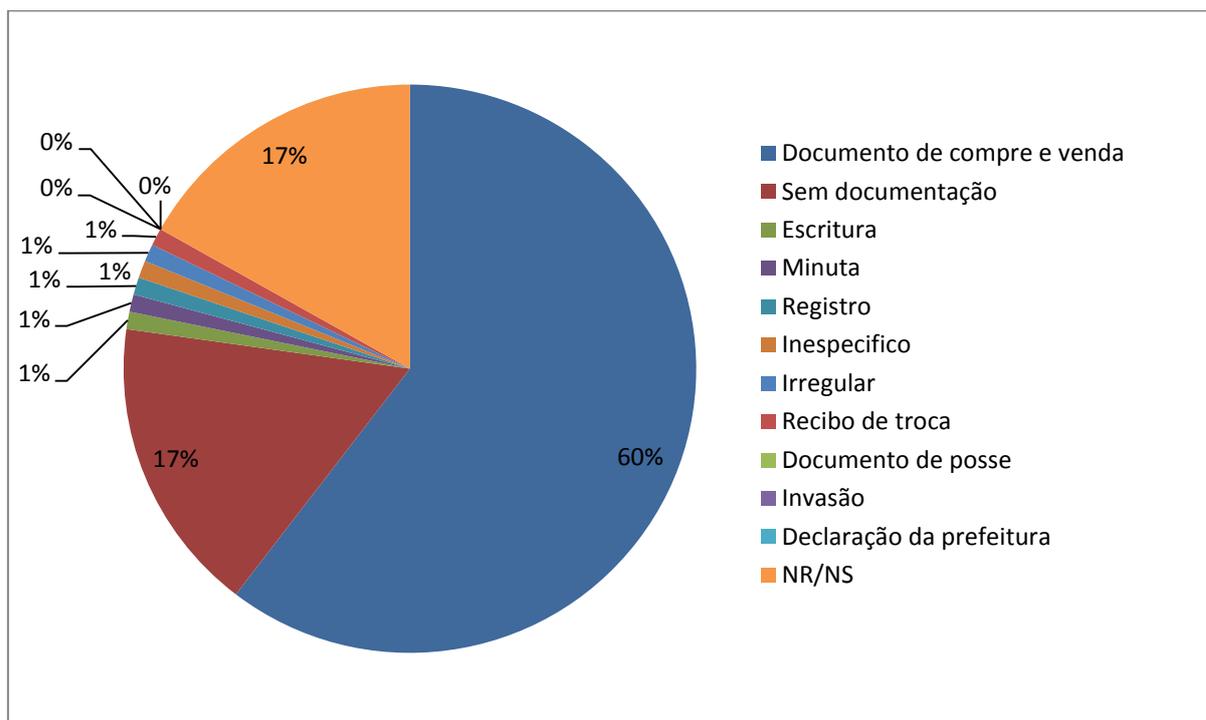


Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 16).

A situação das moradias no Alto Rosário nos remetem a forma como o fetichismo se expressa, ocasionando uma “coisificação” da habitação. De acordo com Netto e Braz (2007), o fetichismo faz com que a mercadoria/habitação quando pronta não revele o processo que a antecede (trabalho explorado), de forma que a criatura passa a dominar o criador. Nesse sentido, a mercadoria torna-se um produto com vida própria escondendo as relações que a antecedem.

Acerca do documento da propriedade, 60% dos entrevistados (187 pessoas) informaram que o documento que comprova a titularidade do imóvel é o Contrato de Compra e Venda.

Gráfico 8: Documento da Propriedade

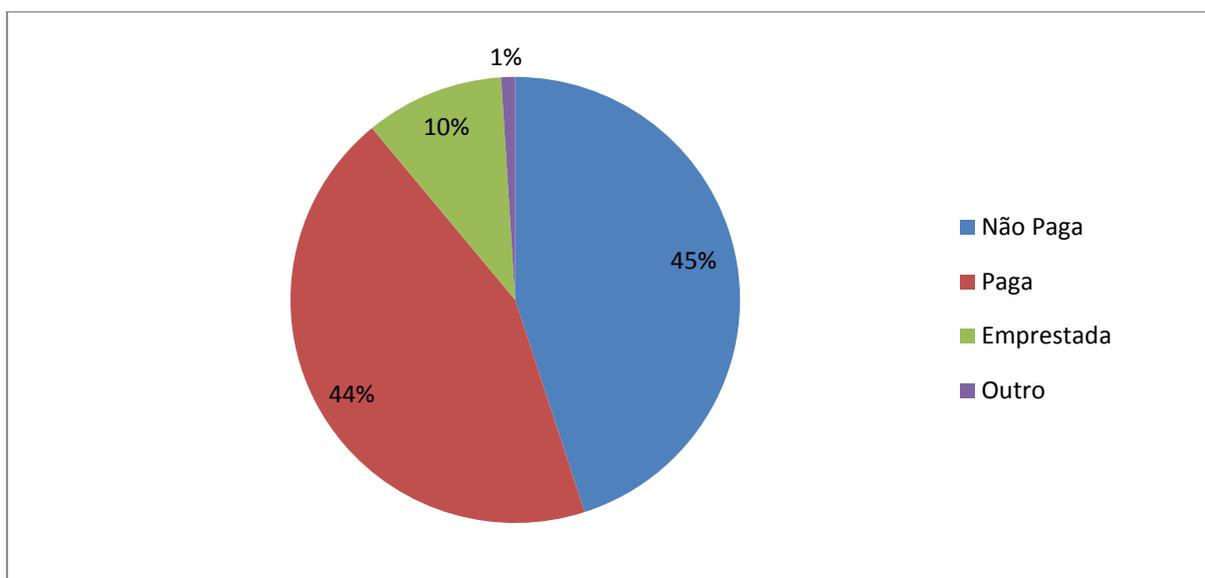


Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 16).

O Contrato de Compra e Venda, mesmo numa ocupação que é irregular, revela o poder do fetichismo que se expressa na forma dinheiro. Nas palavras de Netto e Braz (2007), na sociedade capitalista toda mercadoria tem que ser trocada para o valor da mesma se realize. Com efeito, o dinheiro facilita a troca equivalendo o valor da mercadoria, como demonstrando nesse documento sobre a posse dos moradores da ocupação.

Analisando o gráfico abaixo, que ressalta as condições de moradia que a ocupação oferece, é perceptível que em relação a energia elétrica, 45% dos entrevistados (154 pessoas) não pagam esse recurso.

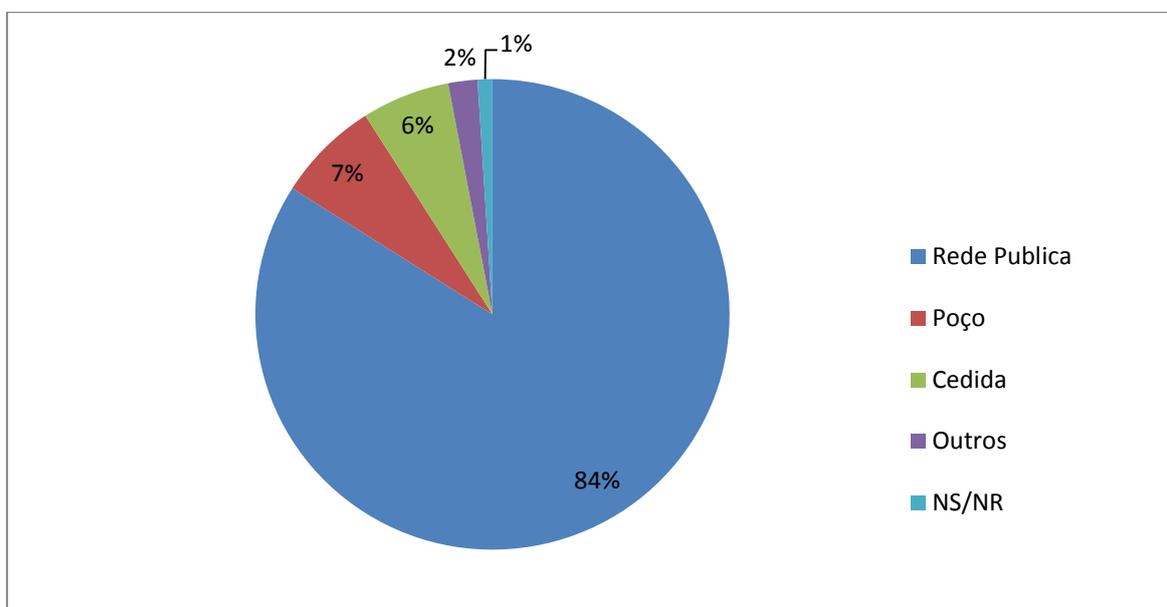
Gráfico 9 : Energia Elétrica



Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 20)

Aliado a essa informação, temos outro dado revelador: 84% dos entrevistados (286 pessoas) relata que a origem da água é levada pela rede pública.

Gráfico 10 : Origem da Água



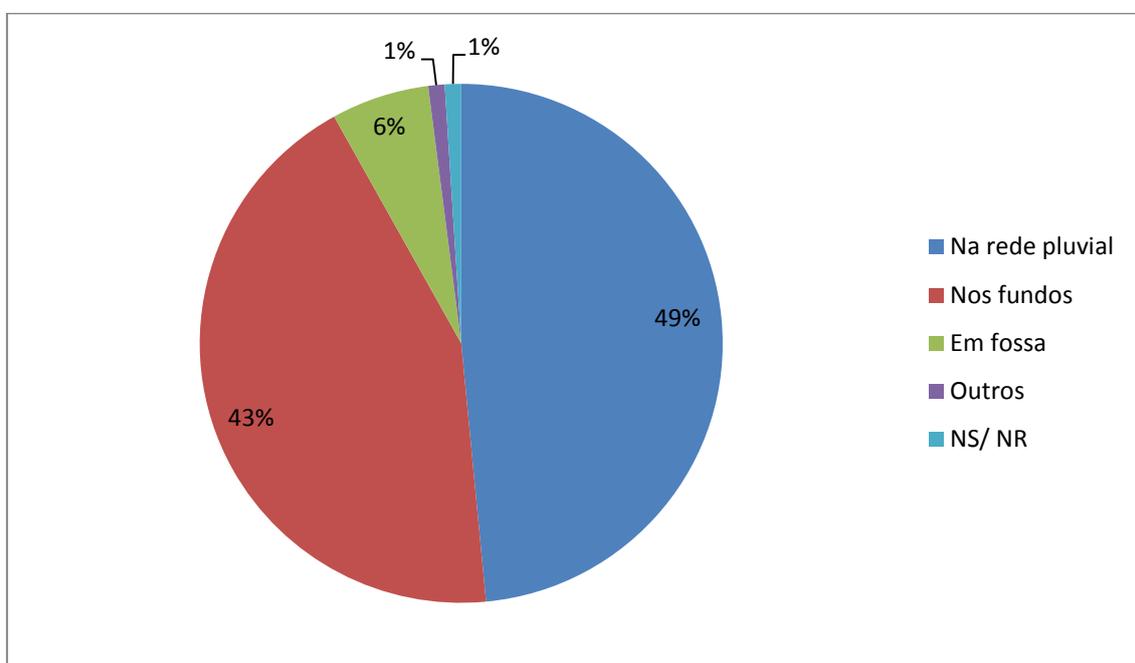
Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 20).

Os dados sobre energia elétrica e água na ocupação revelam os interesses contraditórios do Estado manifestos nas políticas sociais, como

retratado por Behring e Boschetti (2009). Especificamente sobre as ocupações irregulares, faz-se necessário lembrar, conforme relatado por Valladares (1978), que as intervenções públicas nas favelas intermediadas por políticos se constituíram por barganhas e demagogia política, revelando um nítido caráter clientelista.

De acordo com o gráfico abaixo, 49% dos entrevistado (163 pessoas) relatam que o destino do esgoto em sua moradia é na rede pluvial, enquanto 43% dos entrevistados (145 pessoas) informam que o destino do esgoto é nos fundos da casa.

Gráfico 11: Destino do Esgoto



Fonte: (NEASPOC - UFOP, 2013, p. 20).

Esse último dado revela que mesmo o acesso à moradia sendo reconhecido como um direito, como ressaltado por Gonçalves (2000), ainda é uma problemática na sociedade brasileira. Por viverem de formas desumanadas na ordem do capital, os trabalhadores encontram nas ocupações irregulares de terrenos públicos e privados a alternativa para a habitação. Ainda que em situações precárias, em áreas de difícil acesso e de risco, a habitação – que se tornou uma mercadoria – é profundamente desejada pelas frações da classe trabalhadora como revelado pela ocupação Alto Rosário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, que discute o trabalho e o modo de produção capitalista na contemporaneidade, foram apresentados as principais características da centralidade ontológica do trabalho, dando sequência a um conjunto de discussões sobre a emergência da “questão social” e as políticas sociais como respostas às suas diversas manifestações. Dando um enfoque sobre a questão da mercadoria no MPC, destacou-se o lugar central que a mesma ocupa nas relações sociais contemporâneas de modo a ressaltar a mais-valia retirada pelo capitalista e, logo, o ciclo de exploração e alienação a que os trabalhadores estão submetidos. Indicou-se ainda a crise estrutural experimentada pelo capital e seus desdobramentos sobre as políticas sociais, tendo em vista a realidade brasileira.

No segundo capítulo, foram discutidas a concentração de terras e a questão habitacional no Brasil dando ênfase sobre o processo de urbanização e construção das primeiras favelas no país. Na sequência, foi realizada a contextualização histórica do surgimento de Mariana (MG), destacando-se as particularidades da construção da cidade. Ao final, foram apontados os principais traços que constituem a ocupação Alto Rosário na cidade de Mariana (MG) por meio da análise de dados secundários retirados do Relatório do Cadastramento dos Moradores do Alto Rosário.

Concluiu-se, ao final, que a habitação na sociedade capitalista contemporânea tornou-se uma mercadoria feitichizada, como apontado pelos dados analisados. Notou-se uma correspondência histórica entre o surgimento das favelas no Brasil e a formação do Alto Rosário, revelando ainda que a intervenção do Estado sobre esse espaço se revela focalizada, sendo enredado pelas contradições da sociabilidade do capital.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1988.

ABREU, Mauricio. VAZ, Lilian. Sobre as origens da favela. Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. A política Social no governo Lula. Novos Estudos, 2004.

ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis. 1999

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARROCO, M. L. S. Fundamentos Ontológicos. 6. Ed. São Paulo. Cortez, 2008

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e historia. São Paulo: cortez, 2009.

BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana M. M. dos. Questão social e direitos. In: CFESS/ABEPSS. Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: Urbanização e política Habitacional no Brasil. Espaço Plural. Ano VIII, Nº 17, 2º Semestre, 2007

BRASIL. Ministério das Cidades: Disponível em < <http://www.cidades.gov.br/index.php/o-ministerio.html> > acesso em 12 de outubro de 2014

BRASIL. Ministério das Cidades: Disponível em <
<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-habitacao.html> >
acesso em 12 de outubro de 2014

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Uma Análise da Política Urbana e Habitacional no Brasil- A construção de uma ilusão. *Askesis*. V. 3. N 1. Janeiro / Junho -2014. P. 23-44

FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações in termo de Mariana: história e documentação. Imprensa Universitária a UFOP, 1995,221p.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A “ Lei de Terras” e o advento da propriedade moderna no Brasil. *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, ISSN-e 0188-0837, Nº. 17, 2005.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Habitação. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 03*. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 247-259.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12.Ed Loyola: São Paulo,2003.

IAMAMOTO, Marilda V. “A Questão social no capitalismo”. *Temporalis*. Ano.2, n.3(jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafine 2001. PG. 09- 32

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Ed. Edusc. P-103-121.

JÚNIOR, Paulo G. Souza. *Visões da Cidade: Memória, poder e preservação em Mariana – MG* . *Revista Vivencia*, nº 28 .2005. p. 179-198

MARX, Karl – *O Capital*. Tradução: Reginaldo Sant’ Anna. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a, livro 1,v. I.

_____ – *O Capital*. Tradução: Reginaldo Sant’ Anna. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b, livro 1,v. II

_____, **ENGELS, Friedrich.** *Manifesto do Partido Comunista*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAESTRI, Mário. *A Aldeia ausente: Índios, caclocos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa Brasileira, Marxismo e ciência humanas*, São Paulo , 2003.

MOTA, Ana E. - *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2009. Cap. 1

MOTTA, Luana Dias . A questão da habitação no Brasil: Políticas Públicas, conflitos urbanos e o direito a cidade [2017]. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. > Acessado em 03 de Janeiro de 2017.

NETTO, José Paulo – Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*. Ano.2, n.3(jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafine 2001. PG. 41-50

NETTO, José Paulo – Capitalismo Monopolista e Serviço Social . São Paulo, 7ª ed, Editora Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política uma introdução crítica. São Paulo, Editora Cortez, 2007

OLIVEIRA, Ednéia Alves. Revista Katál, superpopulação relativa e a nova questão social: um convite às categorias marxianas. Florianópolis, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e a exceção ou o estado de exceção?. R.B.Estudos e Regionais. V.5. N.1- Maio 2003

PINTO, Marina B. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. *Libertas*, Juiz de Fora, v.4/5, n.especial, jan./dez. 2005

PINHEIROS, Lucí Faria. Políticas Sociais no Governo Lula: Mobilização social e legitimação da precariedade. UFMA, 2005.

PODOLESKI, Onete da Silva. Lei de Terras de 1850. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis- UFSC, 2009.

Relatório do cadastramento dos moradores do Alto Rosário Mariana – MG. Núcleo de Estudos Aplicados e Sóciopolíticos Comparados - UFOP – Agosto de 2013.

SANTOS, Mauricléia S.; VIEIRA, Núria P.; DINIZ, Tânia M.R.G. O Cenário da política urbana brasileira e o serviço social: contribuições para o debate. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n.24, p.293- 322, jul./dez. 2012.

SOARES, Josiane S. “Questão Social”: particularidade no Brasil .São Paulo, Editora Cortez, 2012, V. 6. Capítulo I

SOUZA, Ana Patricia dos Anjos. Os Direitos Sociais na Era Vargas: a Previdência Social no processo histórico de constituição dos Direitos Sociais no Brasil. UFMA, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

TAVARES, Ruzimar Batista. Atividades extrativas minerais e seus corolários na bacia do alto ribeirão do Carmo: da descoberta do ouro aos dias auais . Ouro Preto- UFOP. 2006